

novo pacto verde

Relatório participação pública - Área Metropolitana do Porto



Participe na decisão dos investimentos ambientais no seu distrito

Participação online ou presencial para cidadãos, ONGs, empresas e Municípios para criação do Plano Nacional de Investimento ecologicamente responsável a médio-longo prazo:

Sessão presencial 9h-17h
26 Janeiro 2024
Porto Innovation HUB
Largo do Dr. Tito Fontes 15, 4000-538 Porto



Inscrição gratuita e obrigatória em:
www.novopactoverde.pt

Iniciativa de:

Em parceria com:



I.Introdução	4
II.Reporte de comunicação externa	4
a) Convites enviados pela Unidade de Missão:148	4
b) Media contactados pela Unidade de Missão:20	4
Missão 1-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa	4
Futuro	4
Presente	6
Propostas de prioridades regionais	7
Propostas de projetos a desenvolver	8
Missão 2-Qualidade de vida com a Natureza	10
Futuro	10
Presente	11
Passado	12
Propostas de projetos a desenvolver	15
Missão 3-Pacto para a água	17
Futuro	17
Presente	18
Passado	19
Propostas de prioridades regionais	20
Propostas de projetos a desenvolver	21
Missão 4-Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas	24
Futuro	24
Presente	25
Passado	25
Propostas de prioridades regionais	26
Propostas de projetos a desenvolver	26
Missão 5-Energia Verde para todos	28
Futuro	28
Presente	28
Passado	29
Propostas de prioridades regionais	29
Propostas de projetos a desenvolver	29
Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas	30
Futuro	30
Presente	31
Passado	32
Propostas de prioridades regionais	32
Propostas de projetos a desenvolver	33
ANEXO- Análise do estado ambiental atual da Área Metropolitana do Porto	35

Relatório participação pública - Área Metropolitana do Porto

Relatório elaborado por: Inês Cunha e Sérgio Pedro

I.Introdução

O presente relatório reporta o resultado do processo de participação pública junto das Comunidades Intermunicipais do Alto Minho, Cávado e Área Metropolitana do Porto por via da realização de sessão pública presencial que decorreu a 26/1/2024, bem como via formulário online.

Durante o desenho e implementação deste processo, e, através a adoção de uma metodologia mista que adapta as ferramentas da análise SWOT e Triângulo dos Futuros, procurou-se obter a identificação das visões desejadas de ação climática nas regiões, bem como os seus obstáculos e decisões anteriores possam criar algum tipo de condicionamento. Por fim, foram identificadas prioridades específicas para cada missão e propostas de projetos a serem financiados no âmbito do futuro Novo Pacto Verde.

A sessão presencial contou com a participação de 24 participantes. Na forma de participação online foram contabilizadas 10 participações.



II.Reporte de comunicação externa

- a) Convites enviados pela Unidade de Missão:148
- b) Media contactados pela Unidade de Missão:20

Missão 1-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?
Como deseja que seja em 2030?

1. Educação ambiental reforçada no currículo escolar;
2. Valorização da formação no contexto académico;
3. Promoção das áreas de lazer com criação de espaços dedicados às atividades;

4. Todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente da sua condição social ou económica.
5. A educação promova o desenvolvimento integral das crianças e jovens, preparando-os para serem cidadãos ativos e responsáveis.
6. A educação contribua para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.
7. Desejo a promoção da literacia ambiental, através da educação ambiental, em particular em assuntos relativos à floresta e Biodiversidade autóctones, ao valor dos ecossistemas ribeirinhos e ripícolas, ao funcionamento dos ecossistemas no que respeita a regulação climática, recarga de aquíferos, incêndios florestais, os benefícios de soluções baseadas na Natureza aplicados em meio urbano, como os providenciados pela floresta urbana, entre outros
8. Uma sociedade ambientalmente mais ativa, através do aumento da literacia ambiental.
9. Líderes motivados e informados
10. Utilizar a realidade aumentada e a IA como meio de educação e formação ambiental diária ao serviço da comunidade escolar;
11. Alunos mais interventivos que possam demonstrar à comunidade que a mudança passa pelos atos, que com mais informação acompanhada de intervenção geramos mudança;
12. Cidadãos têm um papel ativo na investigação territorial e participam na tomada de decisões no território;
13. Além da educação e formação, que se verifique uma aprendizagem e aplicação de hábitos sustentáveis;
14. Incentivo à transição verde com consequências positivas;
15. Absorção de informação e aplicação à prática, ou seja, ter o retorno do investimento feito para a transição verde;
16. Incentivos, por parte das empresas, ao contacto com a natureza e consequente melhoria da qualidade de vida dos colaboradores;
17. Atividades locais, na natureza;
18. Em 2030, há percursos profissionais internacionais mais reconhecidos como mais-valias para funções públicas e privadas;
19. Que a população geral tenha uma cultura da transição verde e integra a cultura nas suas ações;
20. IPSS's integram projetos de capacitação em áreas como a economia circular, ciência cidadã e comunitária;
21. Participação cidadã ativa (ex: projetos comunitários na área da sustentabilidade);
22. Cidades amigas das crianças (inclusivas e justas);
23. Professores capacitados para educação ambiental;
24. Trabalho conjunto com a população;
25. Educação ambiental é prática integrada em todos os currículos escolares;
26. Desenvolvimento dos currículos locais com base em conhecimentos e práticas locais;
27. A educação para adultos é a ferramenta de eleição de sensibilização por parte dos municípios.

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. As pessoas saberem reciclar;
2. Um tendência positiva é a clara aposta na sensibilização e na educação ambiental;
3. Tendências positivas: aumento da consciência da importância da educação (aumento da participação da população na educação, através de ações como voluntariado, educação ambiental e consumo sustentável), desenvolvimento de políticas educativas (promoção da educação inclusiva) e avanços tecnológicos. Tendências negativas: desigualdades sociais, excesso de burocracia e falta de recursos (desmotivação dos professores).
4. Uma tendência negativa é a falta de apoios e financiamento para a aposta na sensibilização;
5. Desinformação
6. Projetos de educação ambiental nas escolas: hortas pedagógicas, porto solar, eco-escolas;
7. O problema presente é o pensamento a curto prazo o que faz com que os investimentos em soluções mais sustentáveis demore a ser implementado;
8. positivas: educação ambiental de aproximação à Natureza em contexto escolar (ex. projeto A Natureza é a melhor Sala de Aula), consciência (ainda pouco fortalecida) de que a participação pública é uma ferramenta democrática que aproxima e responsabiliza os cidadãos, e legitima o processo de tomada de decisão;
9. Crianças cada vez mais sobrecarregadas e limitadas às salas de aula e espaços reduzidos;
10. Tempo reduzido para atividades ao livre e em contacto com a natureza.
11. Maior facilidade de acesso à informação e conhecimento;
12. Maior preocupação e sensibilização para criação de hábitos ambientalmente saudáveis.
13. negativas: falta educação para a participação pública, faltam mecanismos para fazer chegar a literacia ambiental a outros setores de população para além do público escolar
14. Apesar da formação base, não há, por parte das escolas, momentos práticos juntos da natureza;
15. Resistência à mudança;
16. Falta de apoio à realização de investimento;
17. Bons exemplos de capacitação prática: projeto Reboot;
18. Excelentes iniciativas de envolvimento social: Critical Concrete
19. Sensibilização e formação de instituições relativamente à separação de resíduos;
20. A Educação Ambiental é, hoje em dia, entendida com algo que tem que se falar, por é “moda” e não como algo se que deve formar enquanto educação de base para o estudante;
21. Estabelecer um maior relacionamento e contacto direto entre as entidades que promovem a transição e o meio escolar/académico;
22. Programa de educação para a sustentabilidade Porto;

23. Aumento de experiências Montessori e falta de complementaridade entre escolas “formais” e “informais”: importante mudar o paradigma de “luta” para “complemento”;
24. Investir numa educação mais “arejada”, por exemplo, aulas ao ar livre, ter aulas e, ao mesmo tempo, perceber o local;
25. Mobilização da comunidade (voluntária) para iniciativas relacionadas com a transição verde.

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Demasiado foco na educação formal;
2. Formações não formais têm falta de apoio e promoção;
3. A inércia no fomento da transição e capacitação das pessoas;
4. Considerarem que já há muita informação e que as metodologias de publicação de conhecimento já são suficientes;
5. Não ter existido uma boa recolha da reciclagem;
6. Burocratização da formação;
7. Falta de cultura participativa;
8. Abandono de áreas de lazer por parte das autarquias, originando a falta de locais para atividades sustentáveis.
9. Investimento insuficiente na educação, falta de articulação entre as diferentes entidades envolvidas na educação, constantes mudanças governamentais e políticas e falta de participação da comunidade na educação.
10. Falsas promessas
11. as dificuldades assentam no próprio sistema de ensino centrado no titular da disciplina, com turmas excessivamente grandes, e sem inclusão do tema de processos de decisão em assembleia, por exemplo; no próprio sistema político em Portugal, assente na democracia representativa, embora permita a participação pública em alguns assuntos, esta não está implementada de forma transversal em todos os serviços públicos, de forma inclusiva e vinculativa.
12. Dependência das tecnologias nas gerações mais novas, tem conduzido a alterações de comportamentos e défice na interação social;
13. A proteção excessiva das gerações mais velhas em relação às gerações mais novas, levou a um maior isolamento destas últimas em relação à natureza.

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Penalidades a quem não faz separação ou tratamento dos resíduos (PAYT);
2. Empoderamento dos jovens, incluindo na tomada de decisão
3. Integração da educação ambiental no currículo escolar: A educação ambiental deve ser integrada no currículo escolar de todas as etapas de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.
4. Aumento de atividades educativas e sensibilização ambiental fora do contexto de sala de aula;

5. Criação de espaços que promovam o contacto com natureza, nomeadamente construção de charcos, hortas biológicas, micro florestas
6. Promover mais ações de voluntariado para comunidade educativa e o público em geral.
7. Oportunidades de participação em processos de tomada de decisão sobre assuntos locais seguindo uma metodologia de assembleia participativa; esta metodologia pode ser aplicada em qualquer contexto societal, não só em contexto escolar (exemplo para decidir como melhorar espaços da escola), mas também noutros contextos para decidir sobre a organização e funcionamento dos espaços comuns, públicos.
8. Promoção de ações de educação ambiental extracurriculares: As escolas devem promover ações de educação ambiental extracurriculares, como visitas a áreas protegidas, workshops e atividades de voluntariado.
9. Participação da comunidade na educação ambiental: A comunidade deve ser envolvida na educação ambiental, através de ações como campanhas de sensibilização, eventos públicos e projetos de voluntariado.
10. Reforçar a educação informal como plataforma de formação para jovens e adultos;
11. Promover a redução de fluxos de resíduos através de oficinas de circularidade e aproveitamento (ex: Reboot.porto.pt);
12. Fomentar incentivos financeiros para apoio à educação ambiental (necessidades tecnológicas);
13. Criação de hábitos sustentáveis;
14. Aumentar a recolha de orgânicos e a sua valorização local em hortas pedagógicas nas escolas e/ou instituições;
15. Criar uma comunidade voltada para a transição climática verde que apoia a transição climática a nível individual;
16. “Fiscais verdes”: organismo/autoridade nacional que fiscalize as empresas com o intuito de verificar se têm sistemas/medidas para tratar os resíduos;
17. adaptar a educação ambiental às problemáticas do território
18. Capacitação de professores;
19. Transformar o sistema alimentar com base na participação cidadã e aproximação urbano-rural.
20. A democracia é o melhor sistema político em prática mas a crise das instituições democráticas é visível na abstenção eleitoral, em particular nas eleições autárquicas que deveriam ser as mais participadas dada a proximidade dos eleitores ao local. A promoção da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão é um enorme desafio. Contudo, envolvendo os cidadãos não só se permite o exercício dos seus direitos - o que no âmbito ambiental está salvaguardado na Convenção de Aarhus -, como ainda incrementa a transparência das instituições públicas e legitima as decisões assumidas por todos.

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar

projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Eventos de cariz recreativo/cultural que integrem a componente ambiental;
2. “Nunca é tarde para ensinar e aprender”;
3. Mais investimento em ações de consciencialização nas escolas e nas empresas
4. Aposta em centros locais colaborativos (ex. Centro do Clima da Póvoa de Varzim) com acesso a financiamento;
5. assembleias de cidadãos
6. -Criação de centros de interpretação ambiental;
7. - Promoção do património natural do território;
8. - Apoio às Associações Ambientais e ONGs;
9. - Alargamento do Fundo Ambiental para atividades de educação ambiental;
10. - Apoio de ações de formação ambiental para formadores e educadores.
11. Investimento em projetos de carácter participativo de cariz ambiental como as assembleias cidadãs, e os orçamentos participativos;
12. investimento em projetos como tutores de bairro ou tutores de território como o projeto rios e guarda-rios são tipologias que promovem a cidadania
13. Criação de programa de educação ambiental no concelho para todos os níveis de ensino e sobre diversas temáticas ambientais (já em execução), realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a todos (já em execução) e criação de programa de voluntariado ambiental, que permita aos cidadãos participarem em ações de conservação da natureza e da biodiversidade.
14. Requalificação dos centros de educação ambiental com o objetivo de permitir mais valências e mais envolvimento da comunidade;
15. Financiamento de painéis híbridos de energia térmica e elétrica;
16. Financiamento de equipamentos domésticos que tragam eficiência energética doméstica: chuveiros, redutores de caudal, etc.;
17. em projetos de educação ambiental e promoção da literacia em floresta autóctone e urbana;
18. Bancos de financiamento com um juro mínimo para as empresas fazerem a transição energética;
19. Eventos de cariz recreativo/cultural que integrem a componente ambiental;
20. Nunca é tarde para ensinar e aprender;
21. Financiamento para a redução da taxa de resíduos por separação de orgânicos;
22. Criar uma rede de sistemas, aproveitando a Internet das Coisas, a IA e a realidade aumentada, que permita aceder a informação concreta do impacto que decisões têm a nível da sua qualidade de vida (social/economia/ambiente) integrando os ODSs;
23. Financiamento para equipas de transição que informam e apoiam os cidadãos na transição climática;
24. Aprender a “Educar no e para o Verde”;

25. Promoção da educação ambiental: promover a educação ambiental em todas as faixas etárias para sensibilizar a população para a importância da conservação da natureza. Esta sensibilização pode ser feita através da inclusão da educação ambiental no currículo escolar, da realização de campanhas de sensibilização e da criação de espaços de educação ambiental.
26. Contratar Youtubers para difundir a mensagem junto dos mais novos;
27. Centro de Economia Circular: apresentações, workshops, aluguer de espaços, visibilidade, teste e produção de modelos de negócio sustentáveis
28. Rede de espaços educativos verdes;
29. Prémio de sustentabilidade escolar;
30. Programa local de educação ambiental;
31. Plataforma online de educação ambiental;
32. Currículo verde: centros de educação ambiental entram nas escolas e ocupam-se de apoiar o ensino das disciplinas “clássicas”.

Missão 2-Qualidade de vida com a Natureza

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?
Como deseja que seja em 2030?

1. ultrapassar limites administrativos (maior sustentabilidade alimentar)
2. trabalho integrado entre territórios urbanos e rurais (sequestro alimentação, biodiversidade)
3. inovação associada à aplicação de soluções verdes que permita a conectividade real da estrutura ecológica e estruturas humanas
4. alcançado o estado de nature-positive
5. alcançada sinergia entre pessoas e natureza
6. proprietários particulares empenhados na valorização ecológica do território, através de iniciativas que estimulem o seu conhecimento, reconhecimento e reforço económico
7. e se toda a comida consumida na AMP fosse produzida na AMP?
8. As espécies e os habitats naturais estejam protegidos e preservados.
9. A população esteja sensibilizada para a importância da conservação da natureza.
10. Existam políticas e legislação eficazes para a proteção da natureza.
11. As ações locais sejam desenvolvidas e apoiadas.
12. A investigação científica seja promovida e incentivada.
13. Menos destruição de espaços verdes e mais conservação. Incentivar a implementação de coberturas verdes. Dar espaço para as árvores crescerem em vez de as envolver logo com betão.
14. Desenvolvimento regenerativo bem planeado e assente nos IGT

15. Substituição de espécies exóticas por espécies nativas nas áreas florestais, controlo de espécies invasoras, novas medidas de proteção para espécies vulneráveis e restauro dos ecossistemas nativos. Sensibilização para a valorização e conservação do património geológico e paleontológico.
16. Desejo o restauro de ecossistemas naturais em particular dos de maior diversidade nativa e sub-representados como é o caso dos carvalhais (representam cerca de 2% do território nacional)

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. maior consciência ambiental
2. Tendências positivas: Aumento da sensibilização para a importância da Natureza, desenvolvimento de políticas e legislação direcionada para a conservação.
3. positiva: iniciativas de restauro de ecossistemas naturais nativos (ex projeto 100 mil árvores);
4. negativa: monocultura intensiva de eucalipto (Serras do Porto), floresta urbana subdimensionada
5. Positivas – maior consciencialização para as problemáticas ambientais e perigos das espécies invasoras; crescimento da preocupação do público em geral para conservação da vertente abiótica do património natural.
6. Negativas - expansão das áreas ocupadas por invasoras, desflorestação e perda de qualidade do solo devido à cultura de eucaliptos; a geodiversidade muitas vezes está em segundo plano no contexto da Conservação Natureza.
7. Transformação massiva de áreas florestais para áreas agrícolas com produção intensiva, fragmentação de habitats...
8. Tendência é negativa, continuando-se o espaço público, não para a conservação da natureza mas para uso do automóvel particular
9. Priorizar parques públicos a campos de futebol ou outras infra estruturas que favorecem uma pequena parte da população.
10. Tendências negativas: alterações climáticas, aumento da poluição face ao desenvolvimento urbano.
11. maior recolha de dados/informação
12. negativo: estrutura ecológica desconectada/fragmentada
13. negativo: desequilíbrio entre conhecimento técnico /científico e ação
14. pouca articulação intermunicipal
15. população mais sensibilizada para as questões ambientais
16. mais ações e projetos (e mais diversos) no âmbito da biodiversidade
17. existência de projetos metropolitanos com impacto na estrutura ecológica (ex. projeto das 100 mil árvores e serras do Porto)
18. negativo: mais fragmentação dos espaços
19. negativo: mais impermeabilização
20. reabilitação/criação de espaços verdes de lazer/biodiversidade e retenção de águas (como os parques da asprela)
21. negativo: estes espaços são manifestamente insuficientes para garantir a qualidade do ar/vida para a população

22. reconhecimento dos serviços dos ecossistemas
23. visão em túnel sobre a área climática
24. aposta clara do executivo nesta matéria
25. aumento da literacia ambiental
26. aumento da formação técnica sobre NBS
27. escassez de mão de obra para executar o trabalho no terreno
28. necessidade e vontade em torno da natureza, pela comunidade/cidadãos
29. aumento do financiamento de projetos promotores da biodiversidade fora da rede natura 2000

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. impermeabilização excessiva
2. Aposta numa única tipologia/sector produtivo florestal, sector do papel, resultando na monocultura intensiva de espécies exóticas em particular de eucalipto; aposta na biomassa como recurso renovável para produção de energia mas é fonte de emissões de carbono e destruidora de habitats naturais e florestas urbanas; aposta em campos de painéis solares que destroem habitats naturais, em detrimento de comunidades locais de produção de energia
3. Cedência de terrenos florestais à indústria madeireira, urbanização desregulada, má gestão dos matos e florestas devido à falta de conhecimentos científicos, introdução de espécies exóticas sem conhecimento prévio da sua capacidade invasora. Pouco financiamento dedicado à temática da conservação do património geológico e da geodiversidade. Insensibilidade para as temáticas ambientais por parte dos poderes de decisão.
4. CCDR e ICNF sem capacidade/vontade de atuar
5. Vejo mudanças muito pequenas para o tamanho da urgência
6. O desenvolvimento urbano sem planeamento, aumento da poluição e efeitos na saúde humana e exploração excessiva dos recursos naturais.
7. emparedamento vertical das margens de rios e ribeiros
8. desvio de linhas de água
9. falta de interação entre os municípios financiamento dos projetos muito focados em determinadas temáticas não levaram a uma visão integrada
10. dispersão de financiamentos e pouco focados nas metas desejáveis
11. temática que não se coaduna com ciclos políticos (necessidade de estratégias de longo prazo)
12. visões compartimentadas do território (definidas pelos limites administrativos)
13. priorização de outros eixos de atividade (nomeadamente infraestruturas)
14. falta de reconhecimento do valor do património natural
15. falta de investimento
16. escassez de formação, conhecimento e literacia

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. tempo para a natureza se desenvolver e recuperar
2. Proteção e recuperação de habitats naturais, redução das ameaças à biodiversidade e sensibilização da população (educação ambiental), reabilitação de habitats degradados.
3. potenciar territórios rurais e florestais através de atividades económicas que contribuam para a autonomia alimentar e sequestrar carbono
4. obrigatoriedade de avaliação do impacto da construção na biodiversidade
5. Uma rede efetiva de áreas protegidas em co-gestão; um sistema de remuneração de serviços do ecossistema; promoção da agroecologia; guardas da natureza; limitação ao eucalipto
6. Restauro das florestas e matos nativos, através da plantação de autóctones e regeneração natural onde for possível, como forma de recuperar os solos empobrecidos por agricultura intensiva e monocultura de eucalipto.
7. Maior controlo de espécies exóticas invasoras, através da promoção de atividades para o seu controlo, aplicação de coimas aos proprietários de terrenos onde estão presentes estas espécies de forma descontrolada, ações de formação sobre como as controlar e quais os seus riscos.
8. Aumento dos esforços para limpeza dos rios e florestas de forma a remover todos e quaisquer entulhos que aí tenham sido despejados, através de ações de sensibilização, plogging e outros.
9. Aumento de esforços para a conservação do património geológico através de ações de sensibilização e valorização.
10. garantir que existe um seguimento das estratégias para a implementação no terreno
11. reabilitação fluvial
12. adaptação da fiscalidade verde
13. valoração de áreas privadas, por via do valor para os ecossistemas (serviços ecossistemas)
14. trazer a natureza para as cidades
15. mais comunicação de dados científicos, com informação acessível a todos
16. envolver/integrar mais entidades públicas e privadas
17. projetos que promovam parcerias entre entidades, bolsa de ideias
18. conhecer, planejar, monitorizar a biodiversidade metropolitana
19. apostar em estratégias integradas (entre territórios e sectores)
20. maior envolvimento das populações
21. fomentar mais parcerias entre instituições
22. tempo para projetar/pensar, aplicar, para apresentar soluções integradas
23. proteção da biodiversidade e dos sistemas naturais e a sua reabilitação
24. promoção de construção sustentável e verde como obrigatoriedade
25. divulgar o resultado dos levantamentos/diagnósticos e das medidas a serem tomadas
26. comunicação de ciência

27. plano estratégico para a biodiversidade e serviços ecossistemas
28. gestão eficiente dos espaços que englobam a estrutura ecológica, áreas protegidas e os pequenos espaços verdes urbanos
29. garantir a conectividade da estrutura ecológica (corredores verdes com continuidade na região)
30. combater o abandono rural através dos incentivos fiscais
31. inclusão de critérios de biodiversidade nas compras públicas
32. planos de manutenção e requalificação com soluções naturais
33. planeamento e desenho participado
34. projetos de financiamento que abranjam vários objetivos e não só ecológicos, de modo a garantir que todas as componentes sejam desenhadas de forma integrada
35. aposta em métodos de construção sustentável.
36. A protecção dos carvalhos autóctones portugueses deve ser uma prioridade no contexto da conservação da Natureza e biodiversidade em Portugal. Justifica-se largamente pela sua elevada importância ecológica, histórica e cultural. Os carvalhais consolidados são a floresta autóctone por excelência do Norte e Centro de Portugal. Esta tipologia de floresta seria a predominante na ausência de intervenção humana. Contudo, quase desapareceu por completo, restando apenas em bosques dispersos de área reduzida. Entre as espécies que compõem estes Carvalhais encontram-se o Carvalho-alvarinho ou roble (*Quercus robur*); Carvalho-negral ou pardo das beiras (*Quercus pyrenaica*) e Carvalho-português ou cerquinho (*Quercus faginea*), todas elas espécies nobres e de elevada importância cultural e ambiental. No entanto, estas três espécies estão severamente ameaçadas já que representam menos de 2% da área florestal e cerca de 0,7% da área total de Portugal continental, apesar das potencialidades do território serem muito maiores. Focando no território onde naturalmente deveriam predominar (Norte e Centro) pela sua melhor adaptação às condições de solo e clima, ocupam somente 2% da área. Os povoamentos naturais de carvalho, os Carvalhais e Carvalhiças, incluem biótopos dos mais importantes que ocorrem em Portugal continental em termos de conservação da Natureza, de elevada riqueza faunística e florística, incluindo inúmeras espécies autóctones únicas que não ocorrem noutros ecossistemas florestais. Pela sua adaptação às condições edafo-climáticas do Norte e Centro do País, os Carvalhais representam uma elevada mais-valia ambiental já que desempenham multi-funções fundamentais, entre elas a melhoria da qualidade do ar, preservação e melhoria da qualidade dos solos, regularização do ciclo hidrológico incluindo recarga de aquíferos, melhoria da qualidade da água, fomento da biodiversidade autóctone e estabilidade do clima. Os Carvalhais são ainda excelentes no sequestro e armazenamento de carbono, essencial para a mitigação do aquecimento global, contribuindo para a redução da concentração de gases com efeito de estufa, e para o estabelecimento de metas de neutralidade carbónica. É ainda reconhecida a sua resistência ao fogo, funcionando como barreiras à progressão de incêndios e como tal denominados de 'árvores-bombeiras'. Paralelamente, estas espécies Quercíneas

podem representar um recurso renovável de elevada importância económica, a nível nacional e a nível local: ao invés da importação de toneladas de madeira e outros produtos do carvalho, é possível resgatar o reconhecimento de outrora e recuperar a valorização dos produtos do carvalho nacional. Para além da produção de bens lenhosos (madeira), os Carvalhais promovem a preservação de valores históricos e culturais; atividades de recreio, educativas e de turismo, nomeadamente o ecoturismo; e a produção de diversos bens não lenhosos (frutos silvestres, plantas medicinais e aromáticas, cogumelos, mel, pastoreio). No contexto europeu, para além dos Carvalhais constarem na listagem de habitats naturais com interesse comunitário de conservação da Diretiva Habitats (Anexo I), a Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 ancorada no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 reforça, no seu terceiro ponto, a urgência em 'Proteger, regenerar e incrementar as florestas da UE para combater as alterações climáticas, inverter a perda de biodiversidade e assegurar ecossistemas florestais resilientes e multifuncionais'. Os Carvalhos e Carvalhais do Norte e Centro de Portugal enquadram-se nesta meta, tanto pela elevada biodiversidade, como pelo contributo para a mitigação das alterações climáticas, como ainda pela multifuncionalidade e resiliência.

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. criação de indicadores para recuperar a biodiversidade e serviços ecossistemas
2. Incentivos para os proprietários de terrenos florestais com floresta de produção de celulose para substituição da floresta de eucalipto por floresta de espécies nativas.
3. Incentivos monetários para os proprietários de terrenos florestais ocupados por florestas e matos nativos, visando a conservação destas áreas e promoção da biodiversidade local.
4. Apoios aos proprietários que tencionam controlar núcleos de espécies invasoras nos seus terrenos.
5. Aquisição de terrenos privados por parte dos municípios com o intuito de realizar restauro natural dos mesmos.
6. Incentivos para proprietários de terrenos com património geológico identificado visando a proteção do mesmo.
7. Rede de Bosques pelo Clima (em fase de arranque na Póvoa de Varzim)
8. Investir em coberturas verdes e mais zonas verdes
9. Investimento em projetos de plantação, restauro e manutenção de floresta autóctone (ex projeto das 100 mil árvores para a AMPorto), em particular em áreas protegidas (ex Serra da Estrela);

10. incentivos à produção de espécies autóctones como os carvalhos em detrimento de monocultura intensiva; incentivos à silvicultura próxima da Natureza;
11. incentivos à proteção de árvores adultas (que providenciam serviços ecossistémicos de forma mais eficiente que as jovens árvores recém plantadas), isto é, investimento em medidas de promoção destas árvores (ex. educação ambiental, suportes , alargamento de caldeiras, manutenção da área envolvente);
12. investimento em projetos de limpeza de cursos de água associados a projetos de educação ambiental que expliquem que a limpeza do lixo dos cursos de água não significa desmatção mas sim remoção de plásticos e outros resíduos;
13. investimento em projetos de plantação de árvores autóctones ao longo de cursos de água que promovam a recarga de aquíferos; investimento na promoção da restituição dos cursos de água (ribeiros, rios, nascentes) à sua configuração natural (não paredados nem cimentados, sem barreiras físicas como represas, barragens, mini-hídricas); investimento em medidas de proteção das galerias ripícolas como forma de promover a consolidação destes habitats naturais e favorecer a sua conectividade funcionando como corredor ecológico ao longo de cursos de água
14. Criação de novas áreas protegidas: criar novas áreas protegidas para proteger a biodiversidade. Estas áreas podem ser criadas em áreas que albergam espécies e habitats ameaçados, como as florestas, os campos agrícolas e as zonas húmidas. Reabilitação de habitats degradados: É necessário reabilitar habitats degradados, como as florestas, face a incêndios. Esta reabilitação pode ser feita através de ações como a plantação de árvores.
15. sistema alimentar regional, regenerativo, autónomo (conhecer a capacidade produtiva, incentivar a produção)
16. programa de compensação de carbono, restauro, reflorestação
17. apoio aos agricultores na conservação através do sistema de pagamento por resultados agro-ambientais (projeto piloto em Évora com o Montado)
18. aumentar o nº de espaços verdes
19. aplicação de projetos de inovação social que estimulem a população a ser parte ativa na proteção ecológica do território (p.ex. Guardiões dos Rios)
20. aplicação de mecanismos financeiros que estimulem os proprietários particulares a valorizar ecologicamente os seus terrenos e linhas de água associadas (p.ex. redução fiscal)
21. criação/requalificação de espaços verdes que utilizem NBS
22. valorização ambiental do rio Torto
23. reabilitação do leito e margens da Ribeira da Granja, no troço Circunvalação/Quinta do Rio
24. estratégia metropolitana de biodiversidade
25. sistema de créditos de carbono que potenciem a manutenção de áreas florestais nativas (estudar, definir e aplicar)
26. plano de valorização das linhas de água (a decorrer)
27. reforçar equipas de fiscalização/manutenção das áreas protegidas

28. promover o papel dos guardas florestais (guarda-rios, reforçar e promover a formação profissional)

Missão 3-Pacto para a água

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?
Como deseja que seja em 2030?

1. Garantir a sustentabilidade ambiental, social e económica do sector da água;
2. A água seja utilizada de forma eficiente e sustentável.
3. A água seja protegida da poluição e da degradação.
4. A agricultura e a indústria utilizem a água de forma eficiente, evitando desperdícios.
5. Os ecossistemas aquáticos sejam protegidos da poluição e da degradação.
6. Inovação/ novas tecnologias para a eficiência de consumos;
7. Mais reutilização;
8. Melhor articulação entre entidades na gestão e planeamento (recursos e territórios);
9. Proteção efetiva e ampla dos recursos
10. Formação/Educação para a sensibilização da população;
11. Gestão integrada do ciclo da água;
12. Privilegiar o uso de águas cinzentas nas remodelações e/ou construção de habitações/escritórios;
13. Minimização dos riscos associados a cheias e inundações (utilização de SUDS, regulamentação, etc.);
14. -O futuro desejado para os Recursos Hídricos: Gestão sustentável e eficiente, as fontes de água sejam preservadas e protegidas, que haja investimentos em infraestrutura e tecnologia para melhorar a distribuição, reaproveitamento e o tratamento da água;
15. -O futuro desejado para os Recursos Hídricos em 2030: seria uma gestão sustentável, conscientização da população, investimentos em infraestrutura e tecnologia, e uma abordagem colaborativa para garantir a disponibilidade e qualidade da água para as futuras gerações, com a participação de diferentes setores, como o governo, empresas, comunidade e organizações não-governamentais, procurando soluções conjuntas e baseadas na sustentabilidade.
16. Em 2030, haver maior consciencialização para o consumo da água e ter perfeita consciência do real valor da água, não desperdiçando sabendo que é um recurso finito;
17. Implementação de projetos para retenção/armazenamento de água que tenham em conta necessidade de água em períodos de carência;
18. Desejo a proteção dos recursos hídricos naturais em qualidade excelente (dita potável) não só para nós humanos mas também para o funcionamento saudável dos ecossistemas naturais
19. Em 2030, há um plano efectivo de monitorização e proteção das bacias hidrográficas a nível regional florestal e recuperação de bosques;

20. Maior qualidade de água (estado das linhas de água), através do aumento da fiscalização e medidas articuladas para promover a sua melhoria;
21. Reorganização do território em função do uso e da disponibilidade de água;
22. Em 2030, todas as margens ribeirinhas, numa área de 20 metros, serão efetivamente protegidas e regeneradas, cumprindo o seu papel de regulação de leitos.
23. Aumentar a capacidade de resiliência hídrica e ecológica (cheias, secas, qualidade da água) através de soluções naturais como a reabilitação fluvial, criação de esponjas naturais e sistemas húmidos;
24. Estabelecer limites às reservas hídricas para a produção de energia;
25. Necessidade de pensar na linha de água/bacia hidrográfica como um todo, mesmo quando se trabalha à escala local;
26. Pensar no território ao nível das bacias e não dos limites administrativos (criação de esponjas naturais e florestas húmidas a montante para minimizar cheias a jusante).

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Maior preocupação no uso, com uma procura constante na reutilização das águas;
2. Desperdício, ocupação de leitos de cheia
3. - Crescente conscientização sobre a importância da água e sua biodiversidade, assim como a necessidade da preservação.
4. - Crescimento populacional e urbanização rápida, que aumentam a utilização da água que podem levar à escassez hídrica;
5. -Poluição da água causada por descargas de resíduos industriais e domésticos não tratados, afetando a qualidade da água e a biodiversidade;
6. -Impermeabilização dos solos - aumento do escoamento superficial podendo levar a inundações, principalmente em áreas urbanas;
7. -Desmatamento e degradação do solo, que levam à erosão e diminuição da capacidade dos ecossistemas em armazenar e filtrar água, assim como, do recarregamento de aquíferos;
8. -Mudanças climáticas, como secas/chuvas mais frequentes e intensas, que têm um impacto direto no ciclo da água.
9. positivas: tratamento de águas residuais domésticas e industriais, cuidados na prevenção de focos de poluição, promoção de medidas de poupança de água;
10. negativas: tendência para fenómenos meteorológicos extremos (seca e precipitação extrema) de difícil gestão, necessidade de água noutras zonas do país, má gestão de vegetação ripícola incluindo árvores, recarga natural de aquíferos
11. Tendências positivas: Aumento da consciência da importância da água, desenvolvimento de tecnologias de eficiência hídrica e o Investimento na infraestrutura hídrica.

12. Tendências negativas: alterações climáticas, poluição e aumento da população.
13. muito desconhecimento da população em geral sobre os impactos dos usos dos rios
14. Monocultura de espécies exógenas coloca em risco a capacidade de abastecimento dos rios e ribeiros;
15. Recurso a fontes alternativas de água para usos não potáveis;
16. A diminuição da precipitação anual associada ao aumento dos fenómenos de precipitação de curta duração, provoca cheias repentinas mas não garante a reposição da água subterrânea;
17. Alterações climáticas;
18. Alguns exemplos já desenvolvidos que podem demonstrar os impactos das soluções naturais na adaptação do território;
19. Fenómenos extremos tendem a polarizar opiniões: é preciso consenso e trabalhar com toda a população;
20. falta de entendimento entre as entidades com responsabilidade no domínio hídrico

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. No passado, existiu um forte investimento nos sistemas de tratamento e distribuição de água, o que faz com que atualmente a água para consumo esteja disponível.
2. Falta de integração e articulação entre os vários sectores;
3. Barreiras legais na implementação de outras origens de água;
4. Necessidade de infraestruturas novas;
5. Despreocupação no tratamento de água na área de produção industrial;
6. Não ter consciência do verdadeiro valor da água (leva ao desperdício)
7. Pensamento: “enquanto houver água na nossa torneira, estamos bem”;
8. Falta de investimento no sector da água
9. Desconhecimento sobre o efetivo impacto das soluções naturais na resolução desta problemática (técnicos ainda não acreditam);
10. Redução da infiltração da água no solo seja pela impermeabilização seja pelo uso intenso dos solos;
11. Construção em leito de cheia;
12. Captações de água ilegais.
13. falta de conhecimento sobre o cadastro fluvial
14. falta de clareza legal sobre os limites do domínio hídrico e responsabilidades das entidades
15. Investimento insuficiente em questões da água, falta de consciencialização por se tratar de um recurso finito, falta de políticas anti desperdício, incentivos ao uso racional da água.
16. Aposta exclusiva em sistemas centralizados de abastecimento/tratamento
17. a construção de barragens, represas, açudes e outros obstáculos ao natural curso da água, que, embora criem bacias de retenção de água, prejudicam a qualidade da água, a recarga de aquíferos e consequentemente as nascentes, e destroem ecossistemas; a impermeabilização do solo com as mais

- diversas infraestruturas; destruição do coberto vegetal incluindo o arbóreo que favoreceria a infiltração natural de água no solo
18. - Desenvolvimento urbano não planeado;
 19. - Falta de investimento em infraestruturas básicas de saneamento;
 20. - Ausência de regulamentação e fiscalização;
 21. - Falta de conscientização e educação ambiental.

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Melhorar a sensorização das “reservas” e qualidade da água;
2. Mais fiscalização e monitorização;
3. Combater as perdas de água.
4. apostar em soluções de retenção natural da água
5. Mais partilha de conhecimento científico e técnico;
6. Aumentar a resiliência hídrica dos sistemas de água principalmente a inundações/cheias;
7. Recuperação de galerias ripícolas (mais espaços de inundação) e mais ensombramento do leito para aumentar a capacidade de resiliência do território face às alterações ambientais;
8. Implementação de projetos integrados e articulados (a nível da bacia hidrográfica) envolvendo vários atores
9. Espécies de jardins escolhidas de acordo com as necessidades de rega;
10. Sempre que possível, obrigatoriedade de uso de água de outras origens para fins não potáveis (Apr, AP, águas cinzentas).
11. Promoção da redução da utilização de produtos químicos na agricultura e na indústria.
12. redução de fontes de poluição/desperdício (ex. campos de golfe)
13. planos de eficiência hídrica para todas as regiões do país;
14. cumprimento integral e urgente da legislação comunitária e nacional (Diretiva Quadro da Água, Lei da Água, etc.) e, à implementação urgente das medidas previstas nos Planos de Bacia Hidrográfica (PGRH);
15. promoção da recarga natural de aquíferos através da florestação e proteção de coberto vegetal ripícola;
16. promoção de medidas de poupança de água em particular na agricultura e indústria;
17. promoção da agricultura de sequeiro;
18. aproveitamento de águas cinzentas;
19. captação de água da chuva para rega e lavagem de infraestruturas;
20. desincentivar projetos sustentados no aumento do consumo de água como o são a dessalinização, construção de barragens e transvases;
21. Aumentar a capacidade de infiltração em bacias hidrográficas, especialmente após incêndios florestais, recorrendo à estabilização de emergência para evitar a perda de solo;
22. definição e implementação rigorosa de regimes de caudais ecológicos;

23. Realizar a avaliação do Estado Ecológico das massas de água seguindo a Diretiva Quadro da Água, com periodicidade e a intervalos regulares;
24. Regularizar a proliferação de monoculturas prejudiciais aos recursos hídricos e aos ecossistemas naturais;
25. Conservação e proteção dos mananciais: É essencial investir em medidas de conservação e proteção das áreas naturais que abastecem as fontes de água, como nascentes, rios e charcos. Isso inclui a implantação de programas de reflorestamento, controle das invasoras, promoção da galerias ripícolas e saneamento básico;
26. Eficiência no uso da água: É fundamental incentivar a adoção de práticas de uso racional e responsável da água, tanto no setor público quanto no privado. Isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização, incentivos fiscais para a adoção de tecnologias mais eficientes e a promoção de medidas de reuso e reciclagem da água;
27. Gestão integrada dos recursos hídricos: É necessário promover uma gestão integrada dos recursos hídricos, envolvendo todos os setores da sociedade, desde o poder público até a população em geral. Isso inclui a implementação de instrumentos de gestão, como planos de bacia hidrográfica e programas de monitorização da qualidade da água;
28. Controle da poluição: É fundamental investir em medidas de controle da poluição dos recursos hídricos, seja por meio de saneamento básico adequado, tratamento de efluentes industriais e agrícolas, inspeções regulares e punição para aqueles que violarem as normas ambientais;
29. Adaptação às mudanças climáticas: Com as mudanças climáticas, é necessário desenvolver estratégias de adaptação para garantir a disponibilidade e qualidade da água. Isso inclui a implementação de programas de conservação do solo, manuseamento sustentável das bacias hidrográficas e investimentos em infraestrutura de armazenamento e distribuição de água.

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Mecanismos de financiamento florestais deixarem de ser por hectare e passar a ser por capacidade de retenção de metro cúbico de água;
2. Promoção da eficiência hídrica: Investimento na instalação de sistemas de medição individual do consumo de água nas habitações;
3. Incentivo à utilização de tecnologias de eficiência hídrica, como torneiras e chuveiros com sensores de fluxo, sistemas de rega inteligentes e cisternas de água da chuva,

4. Implantação de sistemas de captação e reutilização de água da chuva e/ou águas residuais tratadas (ApR) em edifícios e espaços públicos, respetivamente. Isso ajudaria a reduzir a utilização da água potável em atividades que não necessitam desse tipo de recurso;
5. Modernização e expansão da infraestrutura de tratamento em ETARs. Investir em tecnologias mais avançadas e na ampliação da capacidade de tratamento poderia garantir a qualidade da água e aumentar a cobertura dos serviços de saneamento básico;
6. Implementação do PERLA (Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água);
7. Execução do Passadiço do Corredor do Rio Leça no concelho de Valongo, incluindo a aquisição de terrenos e respetiva manutenção;
8. Aquisição de terrenos para execução de bacia de retenção nas zonas mais críticas.
9. Guarda-rios, Regeneração integrada e participada de recursos hídricos (Ex. Rio Alto na Póvoa de Varzim), recuperação de estruturas tradicionais de gestão da água (ex. tanques, levadas, fontes), agricultura de precisão
10. Promoção da recuperação de água de chuva para fins não potáveis.
11. Implementação de medidas de controlo da poluição das águas residuais urbanas, industriais e agrícolas.
12. Rede efetiva e acessível de monitorização, investimento massivo em regeneração,
13. Promoção da eficiência hídrica: Desenvolvimento e implementação de campanhas de sensibilização para a redução do consumo de água;
14. Incentivo à utilização de tecnologias de eficiência hídrica, como torneiras e chuveiros com sensores de fluxo;
15. Reparação de fugas de água nas redes públicas. Combate à poluição: Implementação de medidas de controlo da poluição das águas, como a instalação de estações de tratamento de águas residuais.
16. Educação da população para a prevenção da poluição das águas.
17. Desenvolvimento de planos de contingência para situações de seca,
18. Investimento em infraestruturas de armazenamento de água,
19. Promoção da renaturalização dos cursos de água
20. soluções de retenção natural da água aplicadas em todos os contextos: urbano, agrícola e florestal
21. Reconhecer a água tratada com “água valorizada” e ver o esgoto com um recurso;
22. Investir na rede de monitorização da qualidade e quantidade da água;
23. Projetos de sensorização, monitorização e Inteligência Artificial no sector das águas;
24. Apoio ao desenvolvimento de projetos de iniciativa privada que promovam a utilização de águas de outras origens;

25. Banco de financiamento ambiental onde quer às empresas, quer os domésticos possam adquirir equipamentos mais eficientes no consumo/utilização;
26. Projetos de renaturalização, permeabilidade dos solos e adaptação das infraestruturas de águas:
 - a. Retenção natural;
 - b. Renaturalização;
 - c. Estudos e quantificação de impactos;
 - d. Retirada planeada.
27. Desentubamento e renaturalização de linhas de água;
28. Utilização de SUDS nos projetos ao nível do espaço verde ou rua;
29. Transformar as ETAR's em fábricas de recursos incluindo a produção e consumo de água para reutilização;
30. Apoiar o investimento na substituição, reabilitação e adaptação das redes de águas pluviais;
31. Estudar a biodiversidade atual das massas de água e como potenciar os serviços ecossistémicos com recurso a "Nature Based Systems";
32. Capacitação da população;
33. Projetos para redução de perdas;
34. Reduzir as assimetrias da distribuição da rede;
35. Projeto "A minha casa como fonte de água": aproveitamento de águas pluviais, e/ou águas cinzentas.

	Notas de participantes
1	<p>Os rios são dos habitats com maior biodiversidade no planeta. Essenciais à Vida, fornecem água e alimentos e, quando livres, têm funções naturais de filtração de água, de transporte de areia até às praias - evitando a erosão da costa - e de proteção contra fenómenos como a seca e as cheias. Mas, os ecossistemas de água doce são também dos mais ameaçados. Uma em cada três espécies de água doce está ameaçada de extinção.</p> <p>A poluição industrial, sobrepesca, extração excessiva de água para sistemas e técnicas agrícolas intensivas estranhas às disponibilidades regionais, com consequências também na eutrofização de rios e albufeiras, drenagens, dragagens e construção de estruturas nas margens e no leito dos rios, alteração da cobertura vegetal diminuindo a infiltração, libertação duma miríade de substâncias perigosas, com efeitos imunotóxicos e genotóxicos, designadamente compostos orgânicos sintéticos, são alguns dos principais problemas, aos quais se juntam as alterações climáticas. Em Portugal, a seca e consequente falta de água para as populações, é já uma ameaça séria sentida no Sul, mas também em Trás-os-Montes, enquanto que fenómenos extremos de precipitação causam cheias um pouco por todo o país. Os rios de maior caudal não são 'auto-estradas' de água que se possa desviar sem consequências danosas. Na atual conjuntura climática não é certo que a abundância de água do Norte esteja igualmente garantida, como é disso exemplo o risco de seca em Trás-os-Montes. A gestão dos recursos hídricos deve assentar em evidências que a ciência oferece, e seguir modelos baseados na Natureza por forma a minimizar impactos ambientais, na biodiversidade e para as próprias populações humanas.</p>

2	<p>Os recursos hídricos são de extrema importância para a sobrevivência dos ecossistemas e habitats.</p> <p>No entanto, os recursos hídricos estão cada vez mais ameaçados devido à contaminação, poluição, impermeabilização dos solos e às mudanças climáticas. A gestão adequada dos recursos hídricos é essencial para garantir o equilíbrio entre o fornecimento e a requisição de água, assim como, investir em tecnologias e infraestruturas que permitam a disponibilidade e a qualidade da água para todos.</p> <p>A preservação dos recursos hídricos é uma responsabilidade de todos, e todos devemos fazer a nossa parte para garantir a disponibilidade de água limpa e saudável para as gerações futuras. É preciso agir agora, antes que seja tarde demais.</p>
---	--

Missão 4-Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?
Como deseja que seja em 2030?

1. Expansão da rede de metro;
2. Transporte público descarbonizado;
3. Expansão da rede de transportes públicos intermunicipal com redução do tempo de viagem entre diferentes cidades;
4. Centro da cidade só com transporte público e pessoas - áreas de restrição de utilização de carros (por exemplo: Baixa, Áreas de Universidades);
5. Capacidade de resposta para as necessidades dos que se deslocam na cidade;
6. Formação/Informação de como ciclistas em países com mais chuva e maiores declives lidam com essas dificuldades nos seus trajetos de bicicleta;
7. Mobilidade partilhada;
8. Melhoria da fiabilidade dos transportes coletivos;
9. Estacionamento na periferia e uma rede de transportes interligada que abrange todas as zonas da cidade;
10. Rede de carros eléctricos dentro da cidade que serve para as pessoas se deslocarem dentro da cidade, acessível através de uma aplicação;
11. Todas as vias pedonais terão rampa e relevo em braille, para pessoas com dificuldades de mobilidade e invisuais;
12. Repensar greves nos transportes;
13. Transporte marítimo no Douro;
14. Personalização de alguns quarteirões (segundo o exemplo de Barcelona)
15. Todas as pessoas tenham acesso a uma mobilidade segura, acessível e sustentável.
16. A mobilidade contribua para a melhoria da qualidade de vida da população e para a proteção do ambiente. A rede de transportes públicos seja eficiente e abrangente, permitindo que as pessoas se desloquem sem necessidade de utilizar automóveis.

17. As infraestruturas de mobilidade sejam adaptadas a diferentes modos de transporte, incluindo a bicicleta, o peão e o transporte público.
18. As pessoas optem por modos de transporte mais sustentáveis, como a bicicleta, o peão e o transporte público.
19. não haver carros no centro da cidade.
20. Haver investimento em ciclovias, bicicletas partilhadas, transportes públicos com uma eficiente rede de transporte
21. Privilegiar os transporte coletivo e os modos suaves, não o automóvel particular
22. Mobilidade ativa e com base em transporte público

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Dificuldade de conciliar a logística familiar e profissional;
2. Ponto de interligação em Campanhã (muito positivo);
3. Rede metro veio reduzir a utilização de meios individuais;
4. Alargamento da rede de transporte públicos;
5. Transportes públicos gratuitos até aos 25 anos;
6. Pedonalização de ruas nos centros;
7. Reforço do transporte público e gratuidade para os jovens;
8. vassalagem ao transporte automóvel em termos de planeamento urbano
9. Tendências positivas: Aumento da consciência da importância da mobilidade sustentável,
10. Desenvolvimento de tecnologias de mobilidade sustentável.
11. Tendência negativas: Aumento do tráfego automóvel e alterações climáticas.
12. Achar que alargar avenidas corresponde a melhor mobilidade (negativo);
13. Comunicação institucional dos propósitos das obras ser multifacetado: não pode ser só o objetivo óbvio de construir ciclovias;
14. Metros mais frequentes e novas linhas;
15. Informação dos autocarros ao minuto;
16. Zonas rede 20;
17. Passe com preços acessíveis e de acesso a diferentes transportes;
18. Meios de transporte alternativos aumentou;
19. Incapacidade de responder a novas alternativas de mobilidade, principalmente ao nível da compatibilidade com automóvel;
20. "Comodismo" é uma tendência negativa.

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Falta de cuidado por parte das empresas em prestar um bom serviço ao utilizador;
2. A priorização do carro no desenho das cidades;
3. Valorização do transporte individual;
4. A organização da cidade não tinha em conta pessoas com dificuldades motoras e invisuais;

5. Falta de infraestruturas seguras (ex: ciclovias, percursos pedonais, etc.);
6. Crescimento da rede pública como resposta à necessidade da população;
7. Ter carro era/é “luxo”.
8. Falta de investimento em rede de transporte mais amigos do ambiente, falta de incentivos aos modos suaves.

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Replicar as ligações do Terminal Intermodal de Campanhã em outros pontos/”Hubs”;
2. Remoção dos carros do centro da cidade e outros pólos/zonas especiais;
3. Cidade projetada para o automóvel, não para as pessoas
4. eletrificação do transporte
5. Cidades de proximidade e acessíveis (15 minutos);
6. Desburocratização do processo de pedido para se fechar uma rua - “devolver a cidade às pessoas”;
7. Regulamentação do transporte automóvel com redução de tráfego e poluição (criação de zonas sem trânsito, horas sem fluxo de carros - criação de zonas de baixa emissões);
8. maior investimento em meios de transportes mais sustentáveis, disponibilização de meios de transporte alternativos (bicicletas, trotinetas).
9. Degradação do transporte público (ex. comboio)
10. Aumentar a confiança e vontade de utilizar os transportes públicos;
11. Tornar as ruas mais amigas das pessoas, reduzindo velocidade dos veículos, legalmente e com dissuasores físicos
12. Diminuir a prioridade que se dá ao transporte individual;
13. Tornar os metros divertidos.
14. Redução da velocidade máxima para 30 km/hora como norma, nas povoações.
15. Redesenho da cidade, com passeios mais largos e confortáveis.
16. Incentivar uso de meios suaves com sistemas públicos de bicicletas partilhadas, estacionamento seguro para bicicletas.
17. Percursos segregados para meios suaves quando contacto com trânsito automóvel for perigoso.
18. Elaborar planos Municipais de mobilidade suave
19. Investimentos para modos suave, limitação à circulação automóvel

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Zonas pedonais (Low Emission zones);
2. Projetos intermodais;
3. Modernização da frota de autocarros, com a aquisição de veículos elétricos e híbridos.

4. Investimento na criação de infraestruturas de apoio ao transporte público, como terminais rodoviários. Promoção da mobilidade ativa/modos suaves. Criação de uma rede de ciclovias intermunicipais, que ligue as principais cidades e vilas do distrito.
5. Promoção do uso da bicicleta através de campanhas de sensibilização e de incentivos, como a criação de parques de estacionamento para bicicletas e a redução do preço dos passes de transportes públicos para quem usa a bicicleta.
6. Regulamentação do transporte automóvel. Criação de zonas de baixas emissões.
7. Incentivos ao uso de transportes públicos e de mobilidade ativa, como a redução do preço dos passes de transportes públicos e a criação de estacionamentos dissuasores para automóveis (já em execução).
8. Plano de redução de estacionamento no Centro da cidade;
9. Alargamento da rede de metro;
10. Acelerar a ENMA (Ciclável e Pedonal)
11. Ciclovias intermunicipais, que permitam uso seguro de meios suaves, entre os vários municípioio
12. Benefício económico a quem não tem carro e imposto para quem tem mais do que um carro;
13. Medidas para erradicar a cultura fóssil (ex. limitações à realização de provas desportivas com veículos motorizados)
14. Aulas de bicicleta no currículo de Educação Física;
15. Sistemas de mobilidade partilhada das empresas/instituições;
16. Planeamento municipal que garanta serviços básicos a 15 minutos de distância;
17. Escolas Secundárias disponibilizarem bicicletas aos alunos;
18. Rede de transportes interligada, através da internet das coisas e/ou inteligência artificial permitindo uma rede de informação online com o utilizador através de uma única plataforma digital, que tivesse em conta o destino, a faixa etária e as características da mobilidade da própria pessoa;
19. Incentivo, por parte das empresas, à utilização do transporte coletivo pelos colaboradores;
20. Criação de parques de estacionamento gratuito nas periferias das cidades;
21. rede alargada de postos de abastecimento de carros elétricos
22. Ordenamento do território não centrado na deslocação de carro.

	Notas de participantes
1	Portugal é dos países da União Europeia que menos se investe em mobilidade ativa e suave. É, também por isso dos países em que as viagens em mobilidade ativa e suave são em menor número
2	Não tenho conhecimentos suficientes, mas dever-se-ia incentivar nos meios urbanos o uso de transporte colectivo e bicicleta, e repensar os municípios numa lógica de 'cidade dos 15 minutos', isto é, com 'todos' ou a maioria dos serviços essenciais, acessíveis numa deslocação de 15 minutos a pé. Para deslocações entre localidades, a rede ferroviária deveria ser melhorada e reaberta onde foi desativada. O recurso a meios aéreos deveria ser

desincentivado, bem como do uso de viatura privada. As viaturas eléctricas poderão emitir menos poluentes no seu funcionamento, mas têm um impacto muito maior ao nível da produção porque requerem enormes quantidades de recursos bastante limitados, e porque a possibilidade de reparações de baterias é tão onerosa que rapidamente a viatura é considerada economicamente inviável de ser reparada.

Missão 5-Energia Verde para todos

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?

Como deseja que seja em 2030?

1. eficiência energética em edifícios
2. eficiência energética A+ em todos os edifícios
3. e se os hospitais e universidades fossem comunidades energéticas?
4. mais comunidades de energias renováveis
5. a própria mobilidade ser uma fonte de produção de energia
6. e se as cidades fossem arrefecidas naturalmente?
7. os municípios contribuírem para o apoio à instalação de sistemas fotovoltaicos/eólicos nos prédios municipais e obter um contributo mensal. Para além disso, a energia não utilizada pelo município pode ser utilizada para alimentar edifícios que estejam abertos durante o dia
8. toda a energia consumida é criada a partir de fontes de energia renovável
9. resiliência energética e auto suficiência
10. aumento expressivo na produção de energia renovável
11. pessoas serem beneficiadas por terem um consumo eficiente de energia
12. A produção de energia seja 100% renovável.
13. O consumo de energia seja eficiente e sustentável.
14. Todos os cidadãos tenham acesso a uma energia segura, acessível e sustentável.
15. As principais fontes de energia sejam as renováveis, como a energia solar, eólica e hídrica.
16. O consumo de energia seja reduzido através de medidas de eficiência energética, como a instalação de sistemas de isolamento térmico nas habitações.
17. Todos os cidadãos tenham acesso a uma energia a preços competitivos.

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Apoio à transição energética no Porto Energy Hub;
2. negativo: alto custo de produção de hidrogénio
3. positivo: rentabilizar a produção de energia verde nas ETAR (biogás)

4. existência de fundos para melhorar a eficiência energética e térmica nas casas
5. Negativo: dificuldade no acesso aos fundos para eficiência energética doméstica
6. positivo: vale conforto
7. positivo: vale eficiência
8. aposta na reabilitação para a eficiência energética nos bairros sociais
9. Tendências positivas: Aumento da consciência da importância da transição energética e Desenvolvimento de tecnologias de energia renovável.
10. Tendências negativas: Aumento do custo da energia e Desafios técnicos.

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. alto valor monetário das tecnologias para a produção de energia verde fotovoltaico/eólico
2. falta de apoio para a conversão das indústrias
3. pouca atenção para os problemas ambientais gerados pela produção de energia a partir do carvão
4. Investimento insuficiente na produção de energia renovável, falta de articulação entre as diferentes entidades envolvidas na transição energética e falta de participação da população na transição energética.
5. Aposta no gás natural

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. sensibilização para a importância de utilização de energias verdes (produzidas a partir de fontes renováveis)
2. continuidade ao longo do tempo dos apoios financeiros para a transição energética
3. Criação de um plano estratégico para o desenvolvimento da produção de energia renovável;
4. Promoção da investigação e desenvolvimento de novas tecnologias de energia renovável, de forma a aumentar a eficiência e a competitividade das energias renováveis.
5. promoção da eficiência energética
6. descarbonização do setor energético
7. promover mais as comunidades energéticas e não os parques solares

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. incentivos financeiros à produção de energia verde, quer para auto consumo, quer para injeção na rede
2. reestruturação da rede para aumentar a potência
3. desenvolvimento de bairros sustentáveis
4. Investir na implementação de painéis fotovoltaicos nos edifícios
5. projetos e incentivos de eficiência energética em edifícios
6. criação de banco com juros a % ou bonificados para financiamentos em eficiência energética
7. incentivos à formação nos ofícios da transição energética : carpintaria, serralharia, electricista
8. iluminação pública eficiente
9. apostar na produção de energia através das marés
10. tecnologias para a produção de hidrogénio
11. monitorizar as emissões de GEE e a pegada carbónica geradas nas empresas
12. Investimento na instalação de novos parques solares e eólicos, de forma a aumentar a capacidade instalada de energia renovável no distrito;
13. armazenamento de energia para os horários noturnos (associado à expansão do fotovoltaico e eólico)
14. Criação de campanhas de sensibilização para a importância da eficiência energética e da mobilidade sustentável.
15. Incentivos financeiros ao uso de transportes públicos e de mobilidade ativa.
16. Regulamentação do uso de energia, de forma a incentivar a redução do consumo. Apoio financeiro à instalação de sistemas de isolamento térmico nas habitações.
17. Promoção da substituição de equipamentos antigos por equipamentos mais eficientes.
18. Aposta em Comunidades de Energia Renovável
19. Criação de um programa de eficiência energética para edifícios públicos.

	Notas de participantes
1	Não tenho conhecimentos suficientes mas dever-se-ia incentivar e promover comunidades locais de produção de energia e produção para autoconsumo, e desincentivar a construção de 'campos solares' de enormes dimensões de produção de energia longe do local onde esta é necessária o que acarreta perdas energéticas por um lado, e por outro, destrói ecossistemas, prejudica a paisagem, impede o uso agrícola e conseqüentemente tem impactos ambientais, económicos e culturais bastante negativos

Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM?
Como deseja que seja em 2030?

1. Aumento da resiliência do território e uma maior consciencialização para o risco
2. em 2030 estão em crescimento corredores verdes de bloqueio de fogos florestais e de movimento da biodiversidade (fronteiras administrativas e fronteiras naturais)
3. possibilidade de prever e antecipar fenómenos extremos
4. as pessoas não sofrerem danos com as alterações climáticas
5. ganhou-se consciência das dificuldades que iríamos ter com as alterações climáticas
6. existência de sistema nacional de prevenção com capacidade dinâmica de prevenção
7. em 2030, estão identificados e disponíveis pontos de refúgio climático perante fenómenos extremos
8. existência de um sistema articulado a nível territorial, mas adaptado a cada território
9. Um sistema de alerta e resposta a eventos climáticos eficaz. Com infraestruturas resilientes às alterações climáticas, como estradas, pontes e edifícios.
10. Ecossistemas saudáveis e resilientes, que contribuam para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.
11. Que as ações dos Planos municipais de adaptação e ação climática estejam a ser implementadas ou já estejam implementadas.
12. As Comunidades deverão estar mais capacitadas para estas temáticas.
13. Aumento da resiliência dos territórios.
14. Existência de linhas orientadoras que assegurem uma adaptação robusta aos fenómenos que se preveem.

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. existência de plataforma de contacto direto para aviso de situações de risco
2. Tendências positivas. Aumento da consciência da importância da Segurança e Adaptação Climática (Contudo ainda não o suficiente) e Desenvolvimento de novas tecnologias de adaptação às alterações climáticas (e maior conhecimento).
3. Tendências negativas: Aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e Desafios financeiros e técnicos da adaptação às alterações climáticas.
4. mais consciencialização
5. Construção em zonas de risco
6. investimento crescente em sistemas de monitorização e alerta
7. política relativas às alterações climáticas
8. é cada vez mais urgente agir
9. divisão administrativa dificulta a gestão integrada
10. falta de integração entre entidades, responsabilidades e competências na resposta às alterações climáticas (ex. a

estratégia para as secas e a estratégia para as inundações não estão articuladas)

11. Tendências Positivas: Existe um grande foco nas questões da segurança e adaptação climática, quer em termos de governança quer na sociedade civil. Como tal, são cada vez mais frequentes as iniciativas neste âmbito, bem como os programas de financiamento.
12. As pessoas conseguem identificar causas e consequências, principalmente no âmbito da ação climática, decorrente da educação ambiental.
13. tendências negativas: A maior tendência em falar sobre estes assuntos pode levar a que as pessoas deixem de estar sensíveis a esta temática.
14. Continua-se a verificar um consumo excessivo de recursos.
15. Não conhecerem os reais impactos, a longo prazo, de algumas práticas.
16. políticas deficientes com pouca exequibilidade
17. adoção de soluções de base natural
18. existe uma maior consciência que as causas e consequências das alterações climáticas não são apenas locais
19. mais sensibilização da população e poder local/central
20. desordenamento do território
21. pressão urbana

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. negacionismo em relação às alterações climáticas
2. acreditar que as alterações climáticas só iriam ter repercussões daqui por muitos anos
3. concretização de projetos locais e muito específicos, quando se deveria pensar numa maior escala
4. falta de integração setorial na formulação de estratégias e na implementação de projetos
5. ausência de políticas de médio/longo prazo
6. privatização de alguns setores-chave fundamentais para fazer face às alterações climáticas
7. Investimento insuficiente na adaptação às alterações climáticas: e falta de participação (e consciencialização) da população na adaptação às alterações climáticas.
8. Prevalência do foco na mobilidade individual, e conforto pessoal, descuidando a mobilidade coletiva.
9. Foco no consumo /indústria, levando à existência de monoculturas.
10. Falta de planeamento/estratégias a longo prazo.
11. Pensamento direcionado para gerar lucro.

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. aproveitar o catálogo nacional de riscos e direcionar energias para a sua prevenção

2. analisar /estudar o histórico de dados e acontecimentos (não cometer ou evitar os mesmos erros)
3. diminuir a vulnerabilidade de pessoas e bens aos efeitos das alterações climáticas
4. resiliência dos edifícios (eficiência energética, telhados e coberturas verdes, aproveitamento de águas, etc)
5. formar/informar /sensibilizar as pessoas principalmente aquelas mais expostas e suscetíveis de sofrerem mais consequências (e já no presente!)
6. Educação e sensibilização ambiental, Planeamento e gestão de riscos climáticos,
7. Adaptação de infraestruturas e sistemas e Restauração e conservação dos ecossistemas.
8. Diminuição das Ilhas de calor, nos centros urbanos, principalmente junto de áreas escolares, onde existe uma faixa etária mais vulnerável.
9. Controlo de fogos florestais e gestão florestal.
10. Uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos.
11. Controlo de espécies invasoras.
12. Manutenção e expansão de áreas protegidas.
13. Análises custo-benefício, avaliação climática de grandes projetos
14. adaptar políticas de ordenamento territorial aos fenómenos extremos, fazendo cumprir rigorosamente os planos existentes (respeitar o ordenamento)
15. projetos integrados no território e a nível setorial
16. aumentar o conhecimento, a monitorização e a partilha de experiências
17. aumentar a resiliência e capacidade de ação da cidade
18. melhorar o contacto com a população
19. Valorização da ruralidade
20. Mais arvoredo urbano
21. Reordenamento do território florestal para uma maior segurança, no que diz respeito aos incêndios florestais.

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. aplicação de técnicas naturais como soluções para a prevenção (bacias drenagem, mosaicos paisagem, reposição de sistemas naturais)
2. investimento numa plataforma de contacto para aviso de situações extremas
3. arborização / renaturalização de linhas de água e promoção de galerias ripícolas
4. aumento de permeabilização dos solos (áreas verdes, pavimentos permeáveis)
5. criação de cartografia com identificação do território mais vulnerável às alterações climáticas
6. programa de capacitação da população à adversidades climática
7. construção de rede de refúgios climáticos

8. arborização dos arruamentos nos centros das cidades
9. criação de infraestruturas que potenciem a manutenção da qualidade de vida perante fenómenos climáticos extremos
10. desenvolver mecanismos de apoio ao sequestro de carbono (florestas autóctones, corpos de água, biodiversidade)
11. Desenvolvimento de um plano de gestão de riscos climáticos para o distrito de Amarante, que identifique os principais riscos climáticos e as medidas de mitigação e adaptação necessárias.
12. Criação de uma rede de alerta e resposta a eventos climáticos extremos, que inclua sistemas de monitorização e previsão, bem como planos de ação para diferentes cenários.
13. Promoção da participação da população na gestão de riscos climáticos, através de ações de formação e informação.
14. Investimento na adaptação de infraestruturas públicas às alterações climáticas, como estradas, pontes, edifícios e sistemas de abastecimento de água.
15. Incentivo à adaptação de infraestruturas privadas às alterações climáticas, através de medidas fiscais ou de apoio financeiro.
16. Promoção da adoção de práticas de construção sustentável, que tornem as infraestruturas mais resilientes às alterações climáticas.
17. Promoção da conservação de ecossistemas resilientes às alterações climáticas, como florestas autóctones.

ANEXO - Análise do estado ambiental atual da Área Metropolitana do Porto

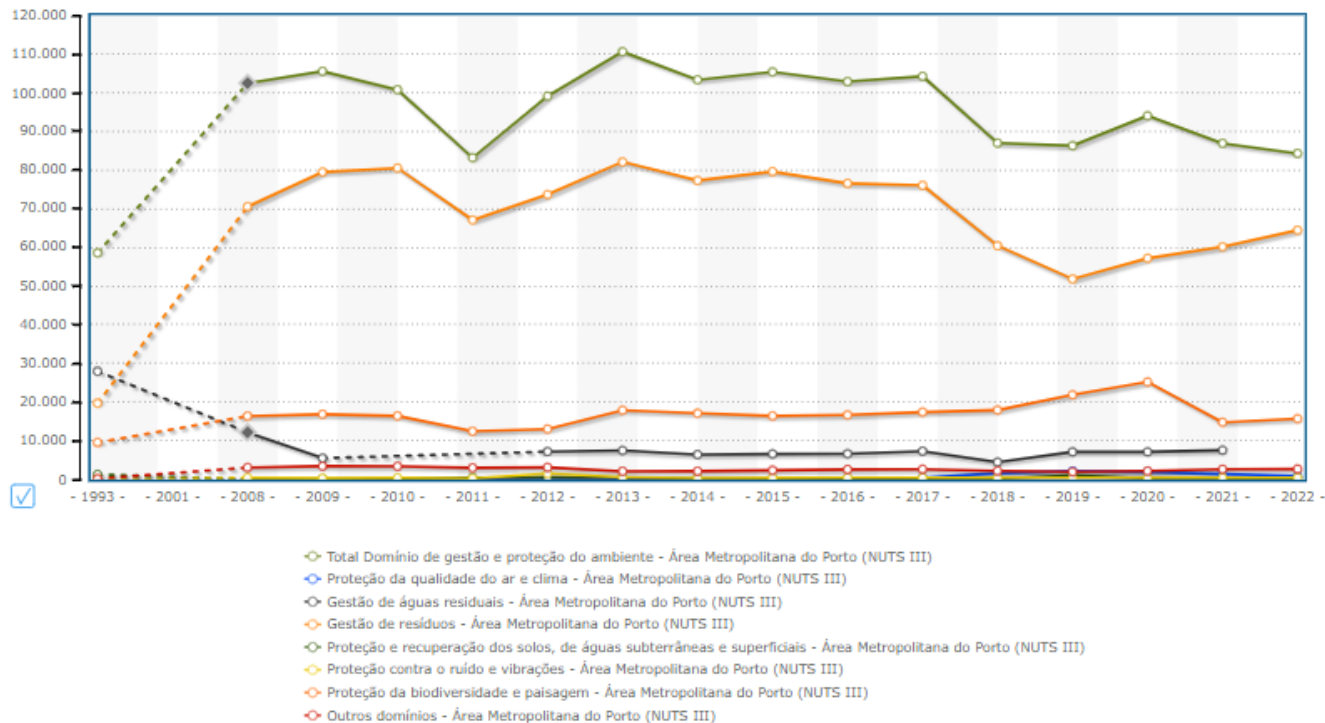
Caracterização ambiental por NUTS III

*Dados recolhidos através da plataforma PORDATA

Análise da Área Metropolitana do Porto

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza

Despesas dos municípios em ambiente: total e por domínios de gestão e proteção do ambiente
Euro - Milhares

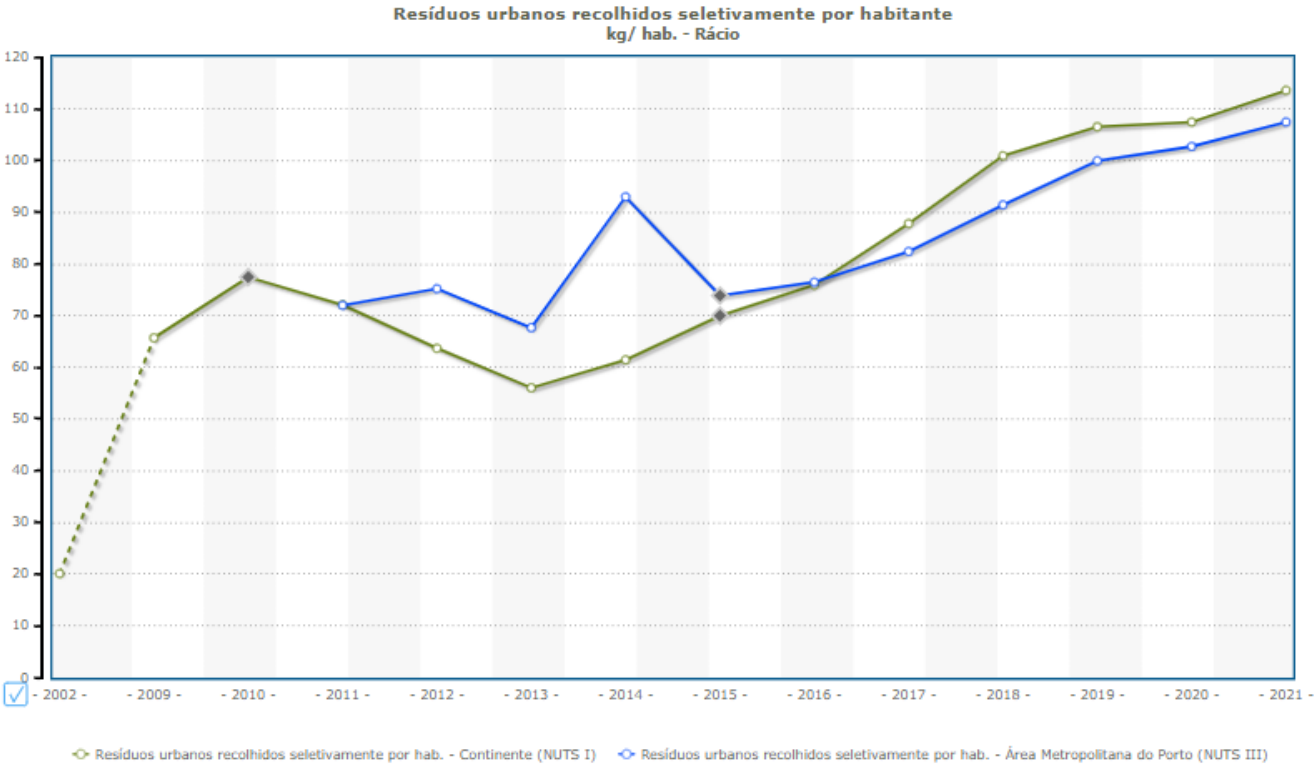


RESUMO

Grande destaque para a despesa com gestão de resíduos

Segunda maior despesa na proteção da biodiversidade

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza



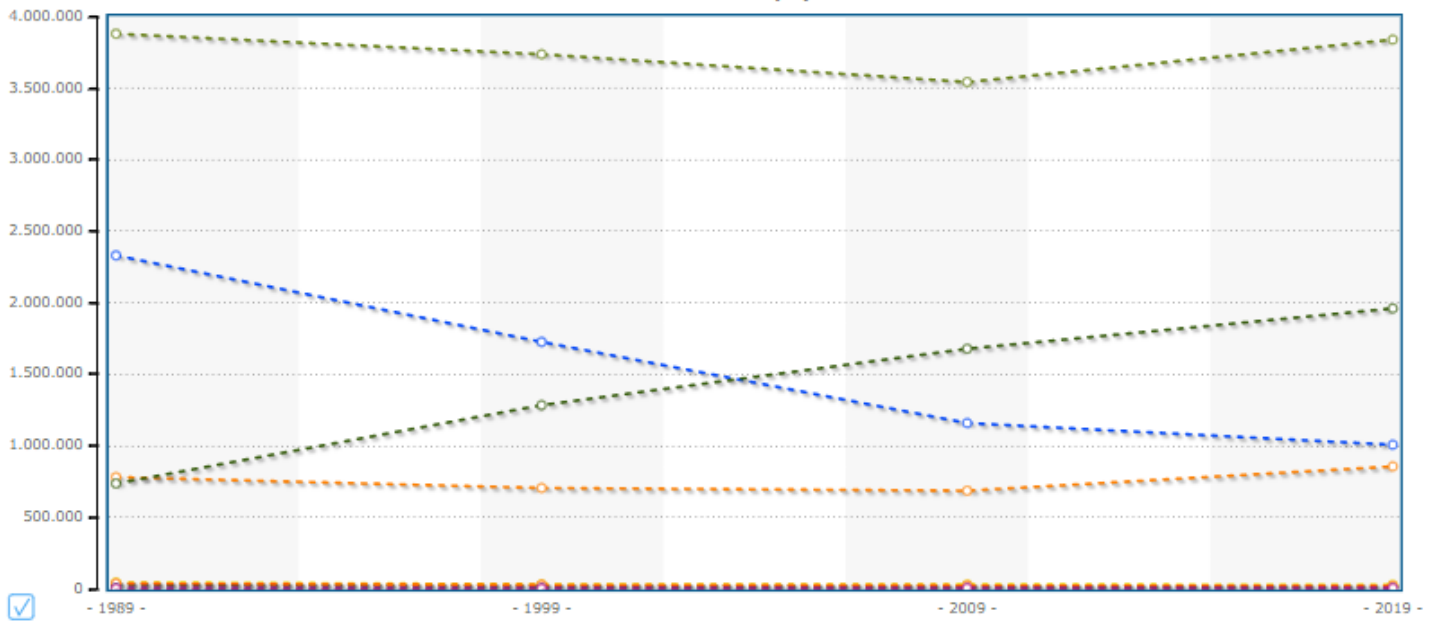
RESUMO

Indicador apresenta melhor resultado em 2014

A partir de 2015, verifica-se tendência de aumento da recolha seletiva

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza

Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: total e por tipo de composição
Hectare (ha)



RESUMO

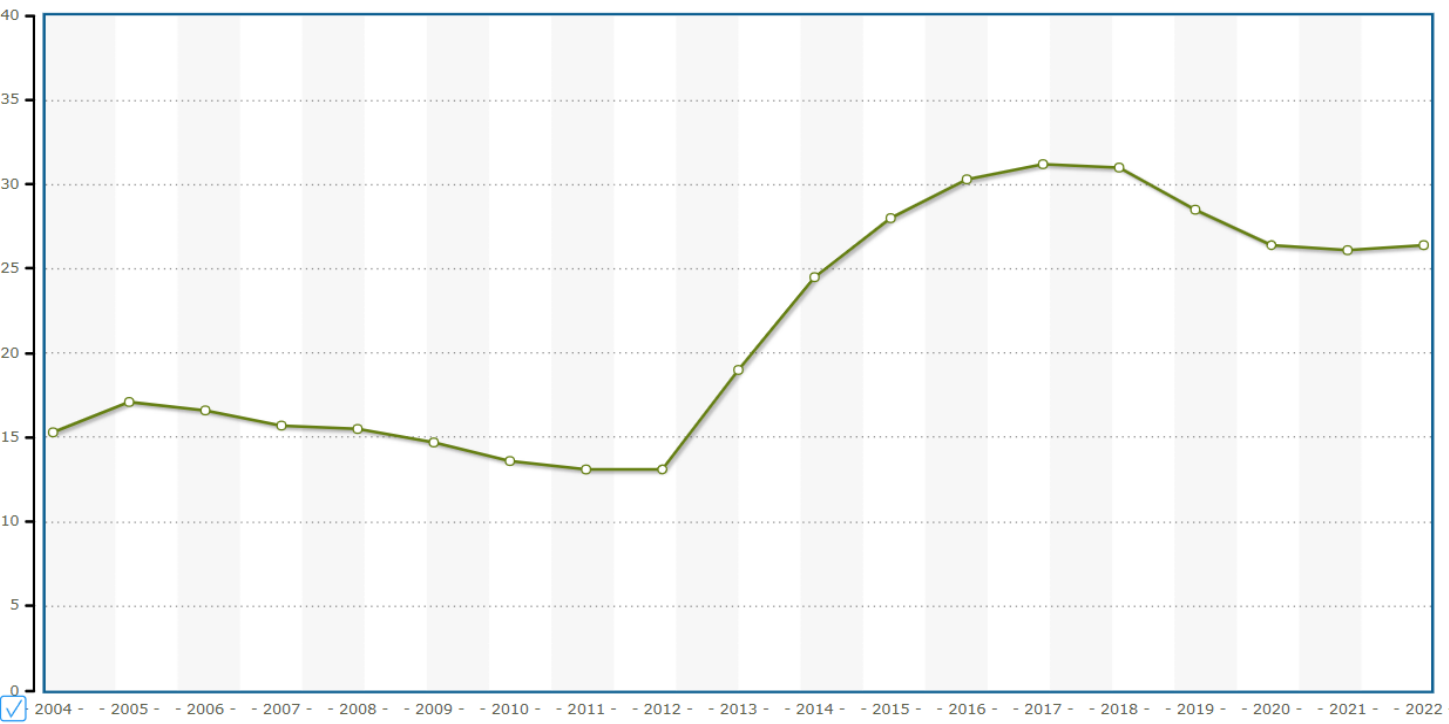
Diminuição dos ha de culturas permanentes

Aumento das ha de pastagens permanentes



Missão 2-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Índice de Bem-Estar
Índice



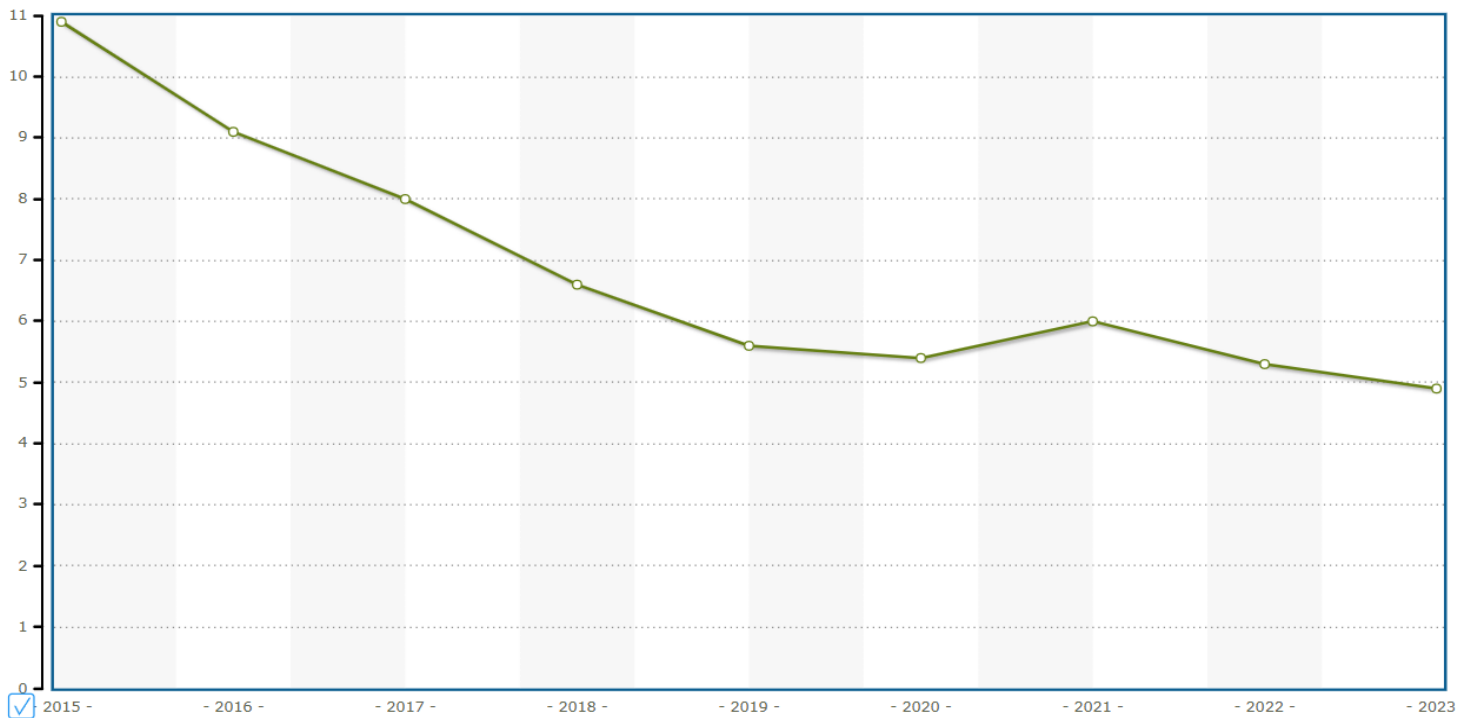
RESUMO

Indicador Nacional

Aumento significativo do índice até 2016, com tendência a diminuir e estabilizar a partir dessa data

Missão 2-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Taxa de privação material e social severa
Taxa - %



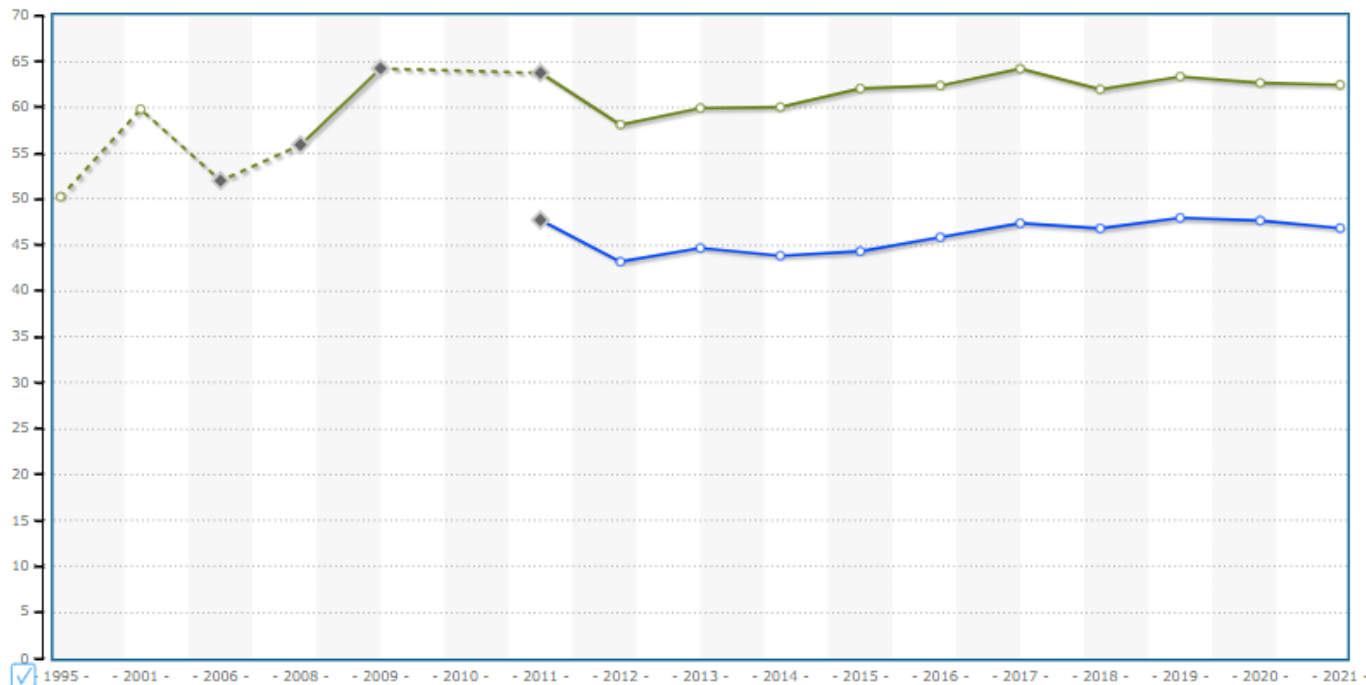
RESUMO

Indicador Nacional

Diminuição para metade da % de carência económica e social

Missão 3-Pacto para a água

Água distribuída/consumida por habitante
m³/ hab. - Rácio



Água distribuída/consumida por habitante - Continente (NUTS I) Água distribuída/consumida por habitante - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)

RESUMO

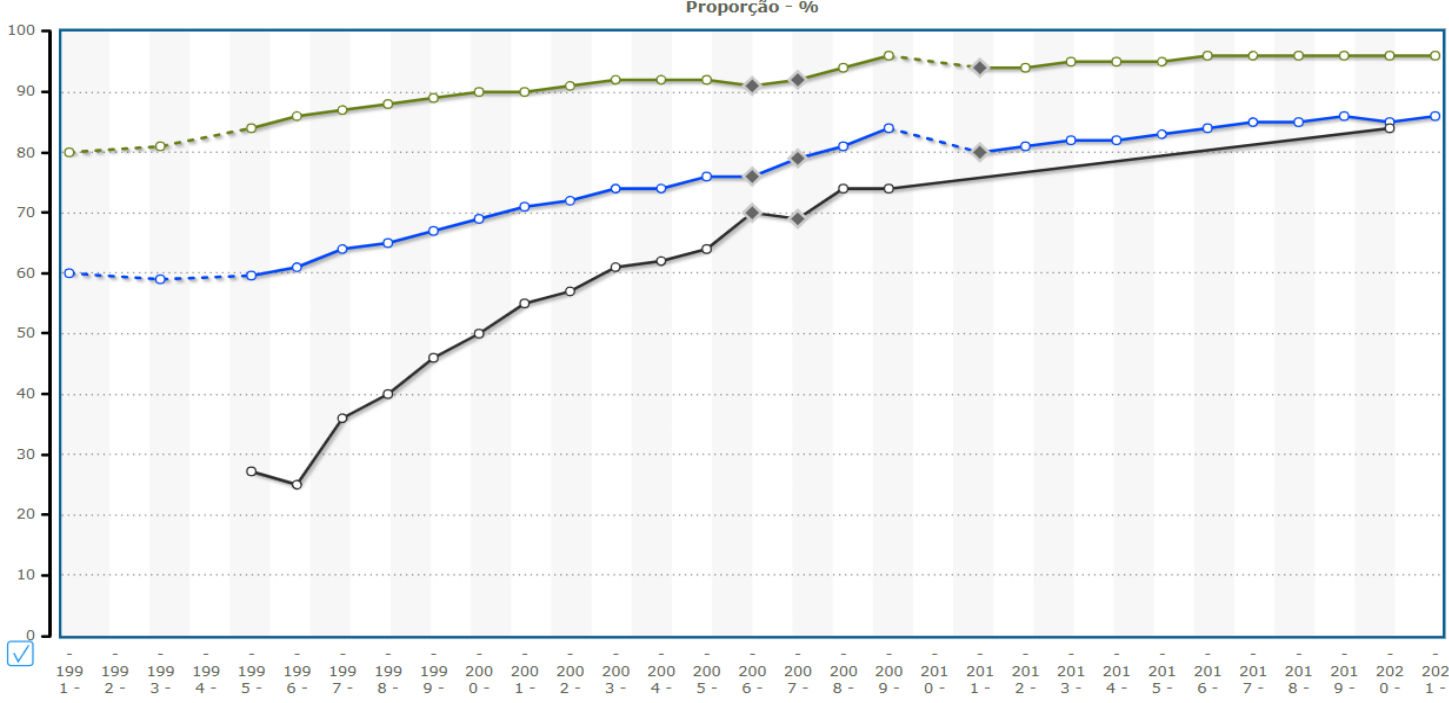
Indicador abaixo da média nacional

Indicador não sofreu muitas alterações ao longo dos anos



Missão 3-Pacto para a água

Alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais (ETAR) (%)



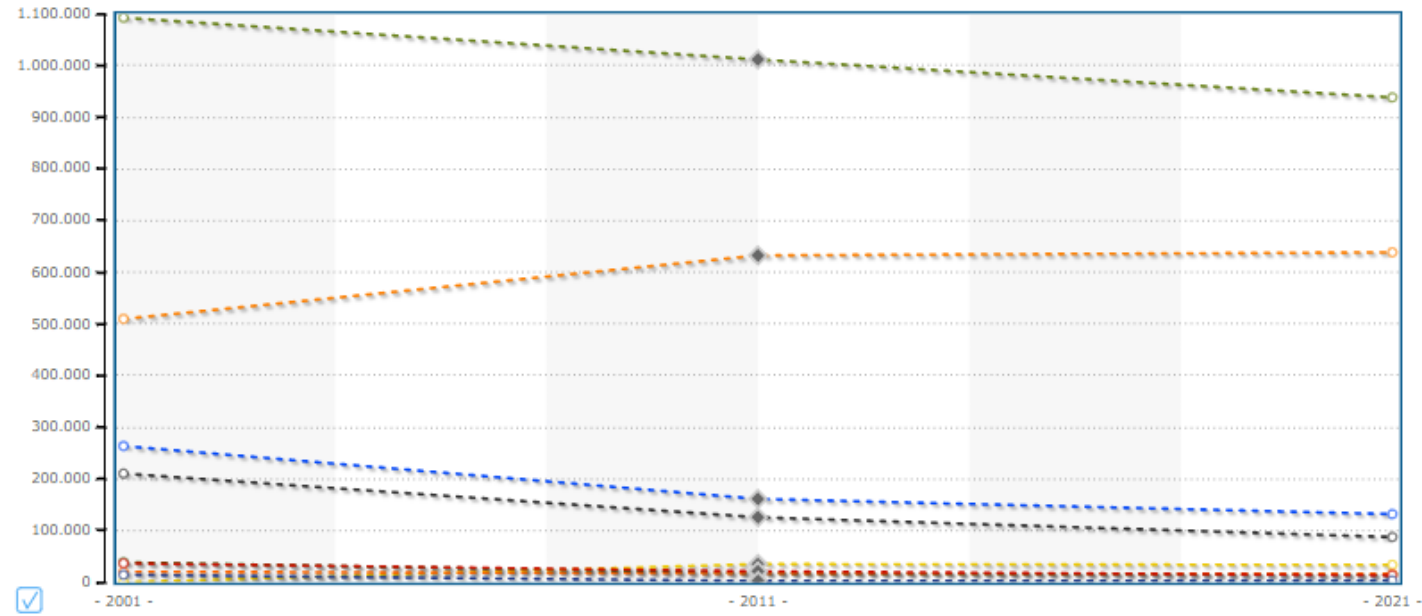
RESUMO

Indicador Nacional

Aumento generalizado nos sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e na estações de tratamento

Missão 4-Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas

População segundo os Censos: total e por meio de transporte utilizado
Indivíduo



- ◆ Total Tipo de transporte utilizado - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Autocarro - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Motociclo ou bicicleta - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Comboio - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Outros - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ A pé - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Automóvel - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Metropolitano - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- ◆ Transporte coletivo da empresa ou da escola - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)

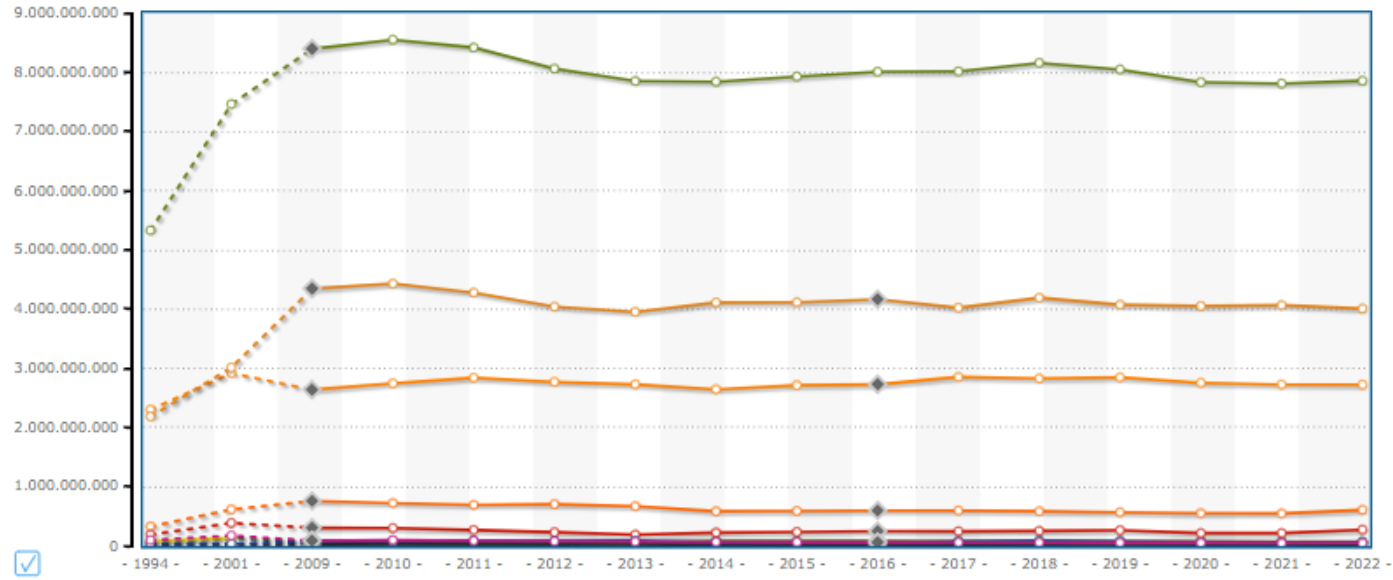
RESUMO

Destaque para uso do automóvel

Diminuição contínua do uso de transportes públicos e andar a pé

Missão 5-Energia Verde para todos

Consumo de energia elétrica: total e por setor de atividade económica kWh (quilowatt-hora)



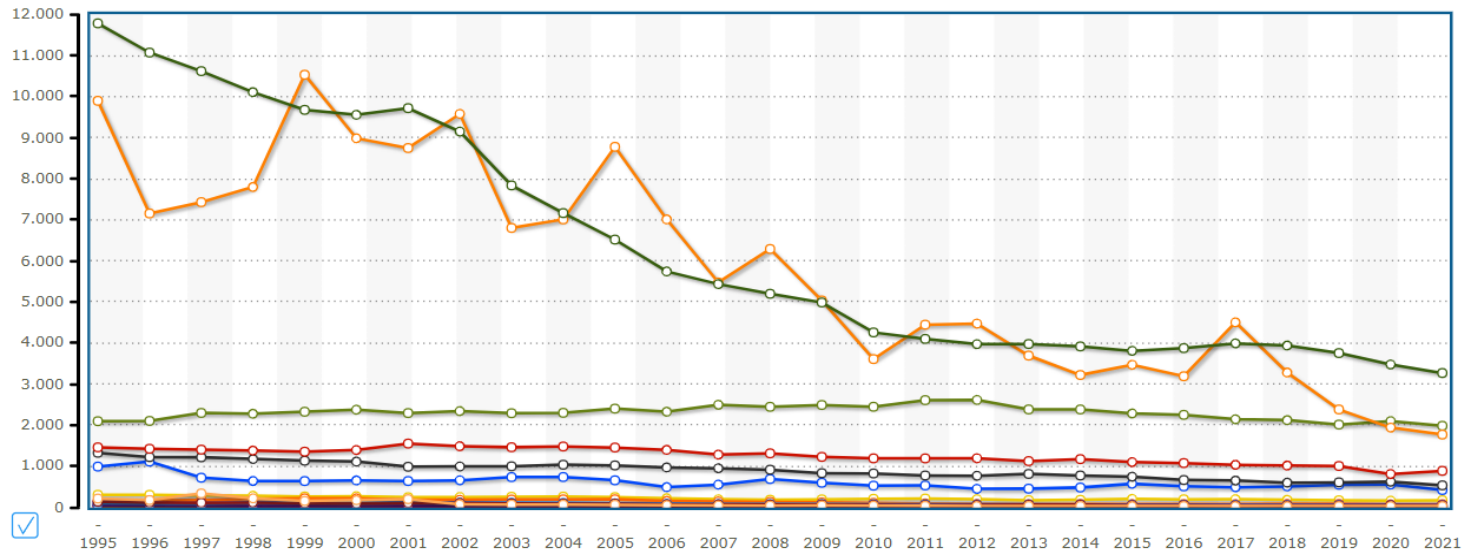
RESUMO

Consumo de energia mais alto nos “outros” e setor das indústrias transformadoras

- Total Consumo de energia elétrica por setor de atividade económica - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Indústrias transformadoras - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Eletricidade, gás e água - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Restauração e Alojamento - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Bancos e Seguros - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Agricultura e Pesca - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Indústrias extrativas - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Construção - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Comércio por grosso e retalho - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Transportes - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)
- Outros - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)

Missão 5-Energia Verde para todos

Intensidade carbónica da economia por setor de atividade
Rácio



RESUMO

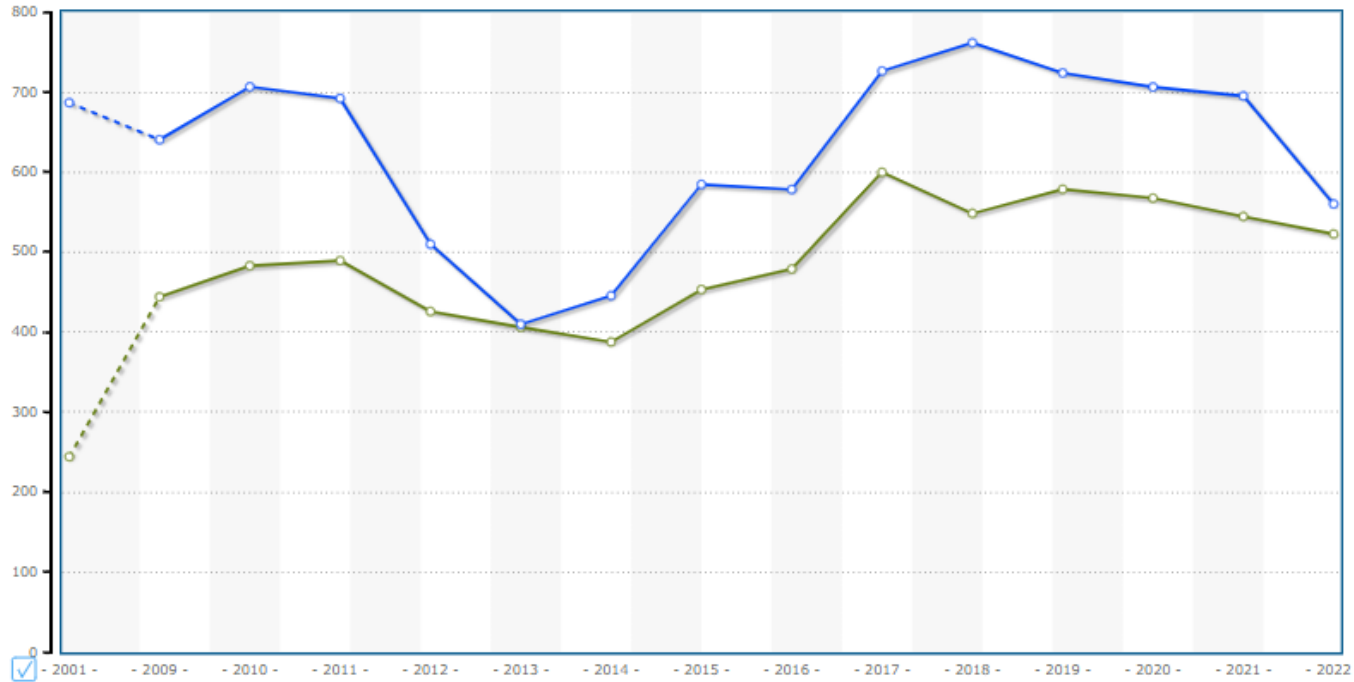
Indicador Nacional

Diminuição acentuada no setor da eletricidade, gás e na captação, tratamento e distribuição de água

- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Indústrias extrativas
- Indústrias transformadoras
- Eletridade, gás, vapor,...
- Construção
- Comércio por grosso e a retalho,...
- Transportes e armazenagem
- Captação, tratamento e distribuição de água...
- Alojamento, restauração e similares
- Atividades de informação e de comunicação
- Atividades financeiras e de seguros
- Atividades imobiliárias
- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- Administração Pública e Defesa, e Segurança Social obrigatória
- Atividades de saúde humana e apoio social
- Outras atividades de serviços
- Educação
- Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Missão 5-Energia Verde para todos

Consumo de gás natural por habitante
Rácio



RESUMO

Indicador abaixo da média nacional

Desde 2014, tem o consumo tinha vindo a aumentar

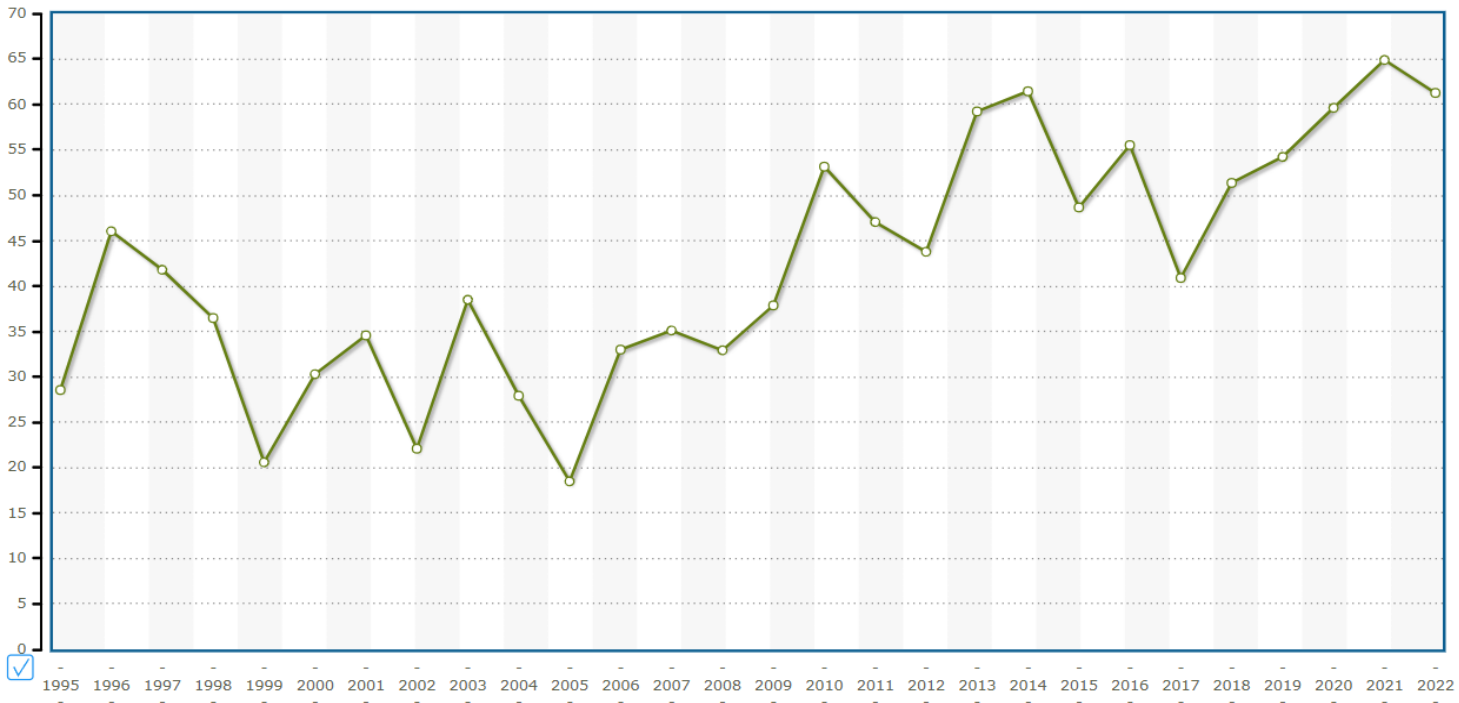
Atingiu pico em 2017, com tendência a diminuir

Consumo de gás natural por habitante (Nm3/hab.) - Continente (NUTS I) Consumo de gás natural por habitante (Nm3/hab.) - Área Metropolitana do Porto (NUTS III)



Missão 5-Energia Verde para todos

Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (%)
Proporção - %



RESUMO

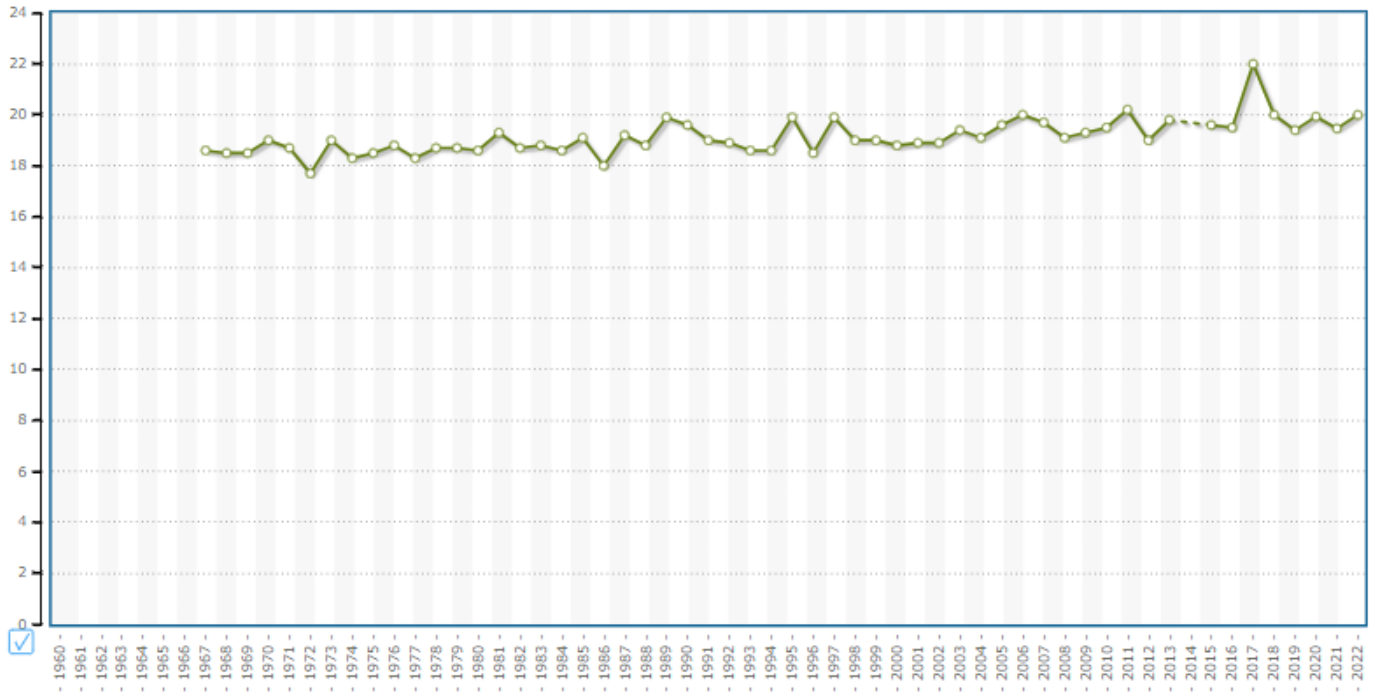
Indicador Nacional

Desde 1995 até 2017, a produção passou por períodos de aumentos e recuos

A partir de 2017 verifica-se o maior aumento de produção, com ligeira quebra entre 2021 e 2022

Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas

Temperatura máxima do ar
°C - Média

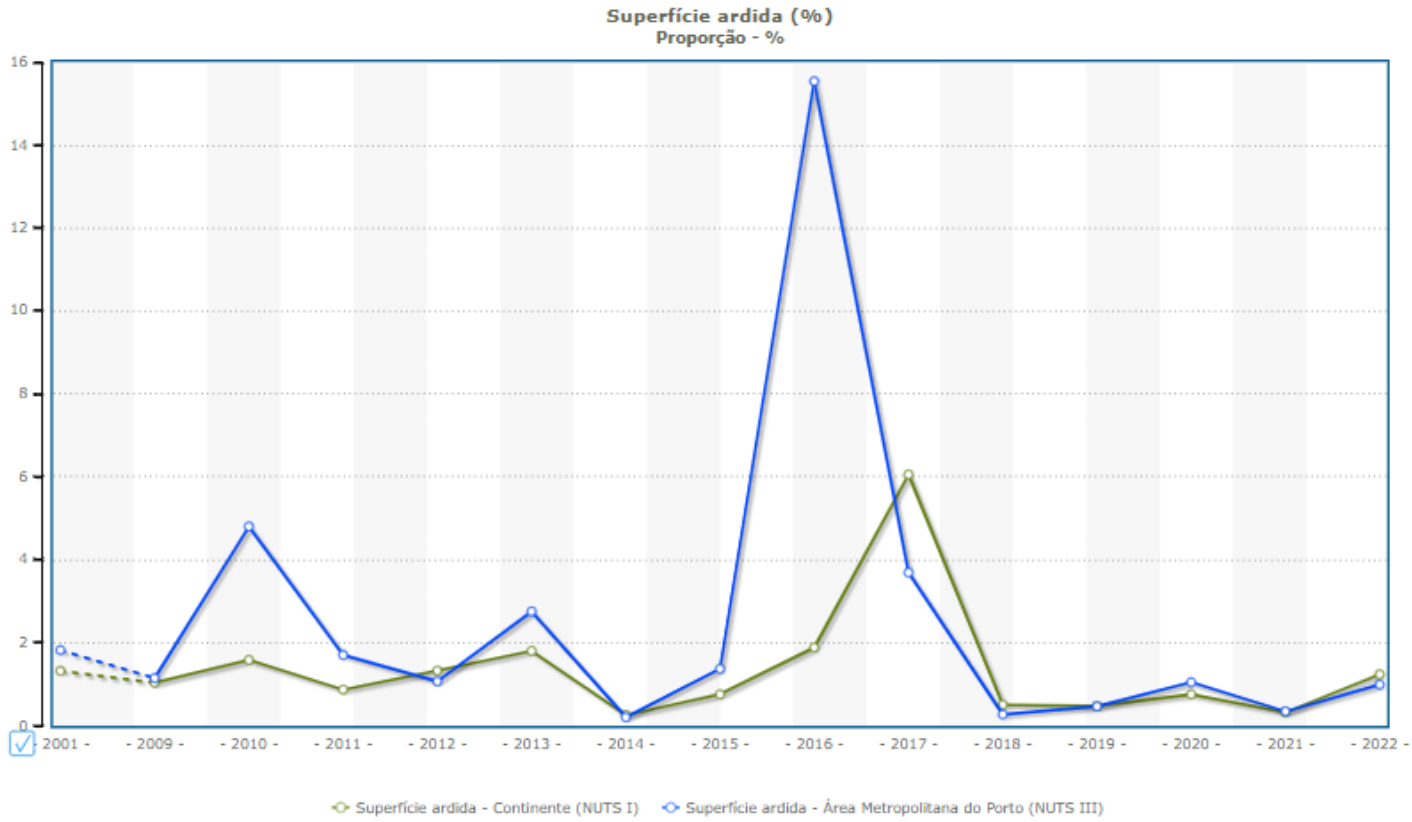


RESUMO

Indicador apresenta várias oscilações

Pico foi atingido em 2017, diminuindo e com tendência a aumentar ligeiramente

Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas



RESUMO

Maior superfície ardida em 2017, muito superior à média nacional

Após 2017, % superfície agrícola segue tendência nacional de diminuição da % ardida